

RENATO LOPES STRZELESKI

**A SOMALILÂNDIA E O DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO
DO ESTADO: UM ESTUDO DE CASO**

RENATO LOPES STRZELESKI

**A SOMALILÂNDIA E O DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO
DO ESTADO: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Prof. Aline Maria Thomé Arruda

Brasília
2015

RENATO LOPES STRZELESKI

**A SOMALILÂNDIA E O DESENVOLVIMENTO AUTÔNOMO
DO ESTADO: UM ESTUDO DE CASO**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em
Relações Internacionais pela Faculdade de
Ciências Jurídicas e Sociais do Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Prof. Aline Maria Thomé Arruda

Brasília, ____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Aline Maria Thomé Arruda
Orientador

Prof. Examinador 1

Prof. Examinador 2

*“Don't be in a hurry to condemn
because he doesn't do what you do
or think as you think or as fast.
There was a time when you didn't
know what you know today.”*

— Malcolm X

RESUMO

A Somalilândia é um caso excepcional de desenvolvimento de um governo, de maneira relativamente pacífica e inclusiva, em uma sociedade pós-conflito. O presente trabalho parte de um pressuposto pós-colonial para questionar a efetividade de intervenções internacionais em Estados Falidos. Posteriormente descreve a história da Somalilândia em contraste com a da Somália, a partir de suas distintas heranças coloniais, para discernir quais fatos foram marcantes para determinar as diferentes situações em que os dois governos se encontram. Especial ênfase é dada ao processo de negociação do Estado na Somalilândia e como ocorreu a transferência de poder de estruturas baseadas em clãs para estruturas democráticas sustentadas pelo Direito. São analisadas as bases legais do Estado moderno e as teorias sobre o seu reconhecimento relacionando-as ao caso da Somalilândia para determinar se a declaração de independência da região tem legitimidade para ser aceita pela comunidade internacional.

Palavras chave: Estados de fato. Somália. Somalilândia. *State building*. Estados Falidos.

ABSTRACT

Somaliland is an exceptional case of the development of a government in a relatively peaceful and inclusive way in a post-conflict society. The present paper questions the effectiveness of international interventions in Failed States through a post-colonial framework. Afterwards the history of Somaliland is described in contrast to Somali history, taking into account their distinct colonial pasts to clarify which factors were important for determining the vastly different situations in which both governments find themselves. Special emphasis is placed on the process of negotiating the State in Somaliland and the process through which power was transferred from clan structures to democratic structures based on the rule of law. The legal bases of the modern State are analyzed, as are the theories about international recognition, with these elements being related to the case of Somaliland to determine whether the region's declaration of independence is acceptable by the international community

Key words: De facto States. Somalia. Somaliland. State building. Failed States.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O PÓS-COLONIALISMO E A FALÊNCIA DE ESTADOS	10
1.1. O eurocentrismo e sua legitimação	10
1.2. A relação entre colônia e colonizador	13
1.3. O Estado africano e a ideia de reconstrução	15
2. A CONQUISTA DA ÁFRICA E AS INTERVENÇÕES DO SÉCULO XX NA SOMÁLIA	19
2.1. A conquista da África	19
2.2. Da Somália colonial à guerra civil	22
2.2.1. A organização da sociedade pré-colonial	22
2.2.2. A história somali	25
2.3. As intervenções internacionais	29
3. A SOMALILÂNDIA: FORMAÇÃO DO ESTADO E O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL	38
3.1. Contraste com a Somália.....	39
3.2. Atores internos e a estabilidade.....	42
3.2.1. A formação do Estado: 1991-1996.....	43
3.2.2. A consolidação do Estado: 1997-2015.....	46
3.3. A Somalilândia e o reconhecimento internacional.....	49
CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Na discussão sobre Estados africanos é comum focar nos que não estão cumprindo suas funções básicas e que, se a comunidade internacional não intervisse, estariam fadados à desintegrar. Embora de fato existam os que têm dificuldades de prover serviços básicos para a população, este trabalho buscará questionar se a comunidade internacional, liderada pelos poderes ocidentais não tem conseguido trazer soluções duradouras para estes problemas apesar de dispor de grande parte da riqueza material do mundo. Ideias como a responsabilidade de proteger são utilizadas para legitimar a intervenção em assuntos internos, fato que afeta de maneira significativa a realidade de poder nestes Estados supostamente falidos.

Para estudar estas atitudes ocidentais serão observadas duas histórias de desenvolvimento ocorridas em uma região notória pelo seu desgoverno. O Chifre da África tem sido local de grande sofrimento humano em função de conflitos e tragédias naturais que tem resultado, por exemplo, na atual situação da Somália que vive sem governo efetivo desde 1991. Por outro lado existe um local semelhante, ocupado pelo mesmo grupo étnico e com tradições bastante semelhantes onde, ao longo dos últimos vinte-quatro anos, estruturas de governo vem sendo desenvolvidas através de grandes conferências que buscaram criar consenso entre populações que lutaram em lados opostos da guerra civil. Este lugar é a Somalilândia, oficialmente uma região autônoma da Somália, que desde 1991 tem exercido controle sobre seu território apesar da disfunção da Somália.

Para compreender o relativo sucesso da Somalilândia primeiramente serão questionados os princípios ocidentais que determinam o grau de falência de um Estado, levando ao questionamento da legitimidade de intervenções internacionais como a realizada na Somália. O Estado, como ele é percebido atualmente, pode não se assemelhar às democracias ocidentais, mas defini-lo como cópia inferior do ocidente traz a tona o debate sobre o discurso de superioridade ocidental que legitima estas definições. Falar de reconstrução em um suposto Estado na África levanta duas perguntas importantes que serão exploradas no primeiro capítulo. Primeiro: o que é reconhecido como Estado na África mudou substancialmente as estruturas coloniais de poder que existiam anteriormente, ao ponto de dizer que há um Estado caracteristicamente africano? Segundo: o que significa a reconstrução, quando o Estado é entendido desta maneira, e qual é o lugar de intervenções internacionais neste cenário?

O segundo capítulo tratará de examinar a história da Somália principalmente ao longo do século XX. Serão examinadas as efetivas estruturas de poder tradicional que não eram compatíveis com o conceito de democracia representativa que começa a ser exigido já no final do período colonial. O desenvolvimento da situação na Somália ocorre em um período de maior atividade dentro da ONU que viu maior interesse em intervir em situações de crise. Porém, como será observado, ocorreram várias ocorrências imprevistas que impediram o sucesso desta missão. As tentativas de organismos regionais para estabelecer um governo e a disputa pela influência de Estados importantes serão comentadas observando como os interesses dos mesmos afetaram os processos de pacificação.

O terceiro capítulo foca na história do desenvolvimento da Somalilândia, especialmente no processo que criou a estrutura Estatal que existe na atualidade, e nos atores que foram importantes durante este processo. Um aspecto importante do desenvolvimento deste Estado de fato é o objetivo de ter sua independência reconhecida internacionalmente, retornando o país à comunidade de nações da qual tem sido excluído desde o final da guerra civil. A legislação internacional sobre o tema terá seus pontos principais comentados, como também as teorias que explicam a importância do reconhecimento internacional para um Estado. O propósito deste trabalho é estudar um modelo diferente de formação de um Estado considerado falido e analisar os fatores que contribuíram para sua formação e para seu sucesso relativo.

1. O PÓS-COLONIALISMO E A FALÊNCIA DE ESTADOS

O continente africano foi um dos mais profundamente afetados pela colonização pós-industrial que ocorreu no século XIX. Esta colonização se difere da ocorrida em outros períodos porque, mais do que tudo, ela é caracterizada pelo imperialismo como um fim. Diferente das colonizações que tinham como objetivo a expansão territorial, como a dos impérios clássicos da antiguidade, esta colonização buscava, em grande parte, a subjugação do povo por razões econômicas. Assim foi necessário construir um sistema que mantinha a dominação do povo local, de preferência de maneira pacífica. Era preciso legitimar o domínio, disfarçá-lo sob a bandeira do progresso e do desenvolvimento. O imperialismo fundamentado nos princípios capitalistas precisou de mercados cativos para a metrópole continuar expandindo sua produção, criando portanto sociedades dependentes que perduram até a atualidade.

O fato é que a partir das necessidades dos Estados europeus a caminho de se tornarem potências, um continente inteiro foi submetido a um sistema repressivo que deslegitimou a experiência histórica de diversas sociedades em função da dominação. Para compreender a falência de Estado e as implicações desta ideia é preciso entender inicialmente o que vem a ser a narrativa europeia. Em segundo lugar é preciso ver como ela foi construída, a partir do encontro colonial e pós-colonial europeu, com o ‘outro’ africano. Finalmente poderão ser analisadas as causas para a falência de Estado, discutindo no processo a legitimidade deste conceito no contexto africano.

1.1 O EUROCENTRISMO E SUA LEGITIMAÇÃO

No campo das Relações Internacionais é comum adotar uma perspectiva dos fatos históricos que vê o Estado moderno e a sociedade internacional nascendo na Europa. A partir daqui as formas e instituições do Estado foram exportadas para o resto do mundo através do processo de colonização que, na visão dos colonizadores, levaria a civilização e todos os bons costumes que um povo moderno deveria adotar, para o resto do mundo ainda selvagem, povoado por pessoas subdesenvolvidas. Esta narrativa, por muito tempo legitimou o discurso da superioridade da cultura ocidental e até hoje afeta a maneira como são vistos os povos das antigas colônias europeias. No entanto é preciso questionar a forma

como o ocidente conseguiu desenvolver um sistema internacional baseado exclusivamente em sua experiência histórica e entender como ele veio a ser legitimado ao longo dos dois últimos séculos.

Edward Said aborda a alteridade do oriente, inventada a partir dos sucessivos encontros com europeus, de maneira influente nos estudos pós-coloniais. Para ele,

“...sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar – e até produzir – o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo.” (SAID, 1990: 15)

O orientalismo, como aponta Said é um discurso europeu que define o oriente e ao mesmo tempo estabelece uma certa superioridade europeia. Said descreve a importância da narrativa nesta relação, pois para ele as histórias que são contadas descrevem o mundo e acabam formando identidades e estabelecendo relações de poder. Ter o controle da narrativa é importante na formação cultural de uma nação e este controle é uma das principais conexões entre a cultura e o imperialismo (SAID, 2011).

A noção de superioridade europeia é algo que está enraizada nos sucessivos encontros europeus com outras culturas, não somente com o oriente. A identidade do colonizador é definida necessariamente a partir deste encontro com outras culturas partindo da identificação do *outro*, que no caso deste trabalho é o povo colonizado, que é dominado e subjugado ao mesmo tempo em que o colonizador europeu se insere em uma posição de poder. A relação entre os dois, em conjunto com a dinâmica de poder que é estabelecida, serve para afirmar as posições relativas de cada um e desta maneira é possível ver como a identidade do colonizador depende desta relação com o *outro*.

Mas, o problema não é somente o enfraquecimento do outro para reafirmar a identidade do colonizador. Esta relação, desenvolvida inicialmente ao longo do encontro, tende a ser reproduzida através de forças culturais. A cultura para Said é o local onde as identidades, tanto do colonizador quanto do colonizado, são formadas e reforçadas. Dentro de uma nação, a cultura é o meio pelo qual um indivíduo consome este conteúdo para ver a si mesmo, e também a sua sociedade, e suas tradições sob a melhor luz possível. Por este fato, a cultura acaba sendo associada à uma nação, estabelecendo uma relação entre o *eu* de um estado e o *outro* estrangeiro. (SAID, 2011)

É através da cultura, também, que a dominação europeia em si é legitimada. Para entender esta relação de dominação, Said recorre a Gramsci e seu conceito de hegemonia. Enquanto os poderes Imperiais conseguiram dominar os povos nas colônias através da

violência, foi por meio da cultura que a dominação foi mantida (SAID,1990). Uma vez que os colonizadores conseguiram estabelecer sua superioridade militar iniciou-se o processo de legitimação de sua autoridade, que se dava através de discursos que demonstravam a superioridade do colonizador enquanto explicava por que o colonizado deveria submeter-se a esta autoridade. Nestes discursos a capacidade europeia de liderar era enaltecida enquanto às características do povo colonizado eram atribuídas conotações negativas, demonstrando para a sociedade, tanto na metrópole quanto na colônia, que esta dominação era justa. A característica que deu longevidade à dominação foi justamente a narrativa da superioridade europeia, que pôde convencer os povos na colônia e na metrópole de que a submissão da colônia era melhor para todos (HILL, 2011).

Além de legitimar a presença do colonizador, o discurso da superioridade ocidental afetou o desenvolvimento do conhecimento sobre a colônia. Sanjay Seth (2011) demonstra algo que ele chama de privilégio epistemológico europeu, que pode ser entendido se for considerado como, de forma bastante clara, a história das colônias foi escrita por europeus inicialmente, mas também como as ideias utilizadas para construir essas histórias são derivadas da experiência histórica europeia. A tendência de conceber o mundo a partir da visão europeia é o que autores chamam de eurocentrismo. Esta tendência surge do fato de que ao longo da relação de europeus com outras culturas, são raras as vezes quando o *outro* foi considerado como ator efetivo na história. Nesta relação, o colonizador era o protagonista enquanto o colonizado estava sujeito à agência do europeu. Desta maneira, o *outro* era coadjuvante para a história que estava sendo escrita por europeus sobre sua própria terra e sua própria vida. Isso gera uma narrativa que constrói nações de povos que somente foram submetidos às aventuras coloniais dos europeus (APPIAH, 1997).

Um ponto que Seth (2011) levanta no trabalho de diversos teóricos que falam sobre a sociedade internacional é que até os autores mais sensíveis ao desenvolvimento histórico desta sociedade de estados têm dificuldade de considerar a colônia como sujeito neste processo constitutivo, tanto do estado quanto da própria sociedade internacional. A falha destes autores decorre do fato de que esta visão de mundo ocidental tem sido disseminada de tal forma que atualmente já é considerada normal. A ampla aceitação de conceitos, baseados na experiência histórica e no desenvolvimento europeu como também a sua utilização nos mais amplos contextos, é o que compõe o eurocentrismo. A normalização do eurocentrismo vem do fato dele ter sido praticado inquestionavelmente ao longo do tempo e, no decorrer deste capítulo, será demonstrado como este conceito foi desenvolvido no

contexto da colonização da África e como ele ainda é aplicado nos Estados africanos independentes através do discurso da falência de Estados.

1.2 A RELAÇÃO ENTRE COLÔNIA E COLONIZADOR

A África, por muitos séculos, foi de interesse marginal para os Estados europeus mais preocupados em aumentar suas posses coloniais em outros locais. Excluindo o litoral Mediterrâneo ao norte do continente, não foram realizadas grandes missões com o propósito de dominar os povos africanos até as últimas décadas do século XIX. As potências coloniais preferiram as riquezas garantidas primeiro no oriente, e posteriormente na América, às oportunidades ainda desconhecidas no continente africano no qual, até o ano de 1880, aproximadamente 80% do território era governado por africanos. O espaço entre 1890 e 1910 marca o período de atividade mais intensa por parte dos colonizadores, com a ocupação e conquista de basicamente todo o continente. Uma mudança profunda ocorreu nas estruturas sociais de um continente inteiro visto que, ao início da Primeira Guerra Mundial em 1914, somente a Etiópia e a Libéria se mantiveram livres da dominação europeia. (BOAHEN, 2010)

Em uma geração, porém, as diversas sociedades e culturas que se espalhavam pelo continente africano foram submetidas às vontades de colonizadores europeus, que usaram a sua superioridade tecnológica para eliminar a resistência em grande parte do continente. A narrativa que é disseminada geralmente conta de povos que não conseguiram resistir à superioridade europeia, ou que simplesmente se renderam quando apresentados às alternativas que os europeus propunham. Esta história mostra como os povos africanos eram subdesenvolvidos, e a chegada dos europeus foi a salvação que muitos nem sabiam que precisavam. Existem, porém, autores que contestam esta visão, e contam das reais lutas contra o imperialismo europeu que foram travadas pelos diversos povos que entraram em contato com o colonizador. Estes autores explicam a realidade violenta que as estruturas coloniais trouxeram para o continente, comentam as identidades que surgiram em decorrência da conquista europeia, e finalmente, discutem como o passado colonial afeta os Estados que lograram tornar-se independentes.

Frantz Fanon (1968) deixa bem claro que a relação entre colono e colonizado é estritamente baseada na força. Ele descreve uma sociedade maniqueísta que é desenvolvida

na colônia, com a divisão claramente baseada na raça. A dualidade criada é notada primeiro em divisões das cidades, “A cidade do colono é uma cidade saciada, indolente, cujo ventre está permanentemente repleto de boas coisas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.” (FANON, 1968: 29). Porém a realidade é muito diferente na cidade dos colonizados, que vive com a falta de itens básicos, a cidade é “faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz.” (FANON, 1968: 29) As insuficiências materiais tornam a cidade do colonizado em uma coisa drasticamente distinta da do colono, como Fanon explica, “A cidade do colonizado é uma cidade acorada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes.” (FANON, 1968: 29).

O abismo entre colonos e colonizados não se limita às divisões geográficas. É possível ver também disparidades entre eles onde o conteúdo racial destas divisões é bastante explícito. Para manter esta divisão o colonizador necessariamente recorre à força. Fanon aponta como nos países capitalistas, os interlocutores da dominação, são “os professores de moral, os conselheiros, os ‘desorientadores’.” (FANON, 1968: 28) Através destes a dominação do Estado é legitimada socialmente, ela é aprendida e disseminada ao longo das gerações. Na colônia não há o mesmo movimento de dissimulação da dominação, “...o porta-voz do colono e do regime de opressão é o gendarme ou o soldado.” (FANON, 1968: 28) Neste cenário de violência, o colonizado está sujeito à repressão e suas interações com o colonizador são marcadas pela diferença essencial que é criada entre os dois. O conflito marca a relação colonial, e dele surgem as identidades que a todo momento não só coabitam a colônia, mas se opõem dentro dela.

Para Kwame Anthony Appiah (1997), não é possível considerar somente a ação dominadora do colonizador. Antes mesmo de os colonizadores conquistarem os territórios africanos já era claro que, em grande medida, as sociedades aborígenes africanas estavam dispostas a combater a presença europeia tanto no campo de batalha quanto no campo ideológico. Os povos africanos se uniam através de seus grupos sociais tradicionais, ou através de sua religião, para reafirmar sua identidade contra as imposições do colono. Uma forma de associar pessoas à um grupo social é através da linguagem comum entre eles que, em seu propósito básico, define o mundo e delimita as possibilidades de compreensão dele.

Frantz Fanon (2008) aborda a forma em que o idioma afeta esta relação colonial. O idioma do colonizador é imposto, e a partir deste momento, ele tem de ser usado em toda comunicação oficial. O idioma local é caracterizado como inferior e as tradições locais

também começam a ser redefinidas. Através destes mecanismos o colonizador começa a definir a superioridade de sua cultura, sua linguagem. Também inicia-se um processo educacional, pelo qual estas caracterizações, geradas por ele, são aprofundadas e disseminadas para a população mais jovem. Esta relação educacional acaba influenciando a perspectiva que os jovens têm sobre o estado colonial, principalmente os universitários que muitas vezes completam seus estudos nas metrópoles.

A luta contra a tentativa europeia de se instalar culturalmente nas colônias estará fortemente atrelada à independência. Uma vez que elites são formadas, mesmo com educação europeia, elas lutarão para aumentar o próprio poder. O que ocorre é que estas elites poderão utilizar conceitos europeus para legitimar a união com base nas tradições africanas. Neste último ponto surge um problema relacionado à maneira como os Estados coloniais foram constituídos. Considerando que várias tribos foram desmembradas e recompostas dentro de Estados coloniais, em muitos casos é difícil encontrar um idioma comum entre todos. A utilização do idioma do colonizador acaba virando um instrumento para que os diferentes povos possam se unir efetivamente e, além disso, ao utilizar um idioma estrangeiro, fica mais difícil associar um movimento nacionalista à tentativa de um grupo de dominar os outros.

As identidades que são constituídas a partir do nacionalismo necessariamente precisam considerar os povos que, muitas vezes, eram inimigos e agora estão tentando compor uma unidade política. O combate à repressão e a violência do governo colonial é um ponto de partida de experiência comum, mas é necessário um esforço criativo para melhor expressar este nascente conceito de nação. Partidos políticos e até agrupamentos armados podem ajudar a criar uma identidade comum na medida em que conseguem articular os termos que definem esta identidade, o que ela representa. O fundamental é que indivíduos possam se organizar de uma maneira internamente coerente para poderem se articular contra o domínio colonial.

1.3 O ESTADO AFRICANO E A IDEIA DE RECONSTRUÇÃO

O eurocentrismo não afeta somente os meios acadêmicos. Os efeitos acabam sendo mais graves quando conceitos eurocêntricos são utilizados por políticos ou outras pessoas

que têm a capacidade de afetar o caminho tomado ao redor do mundo. Uma área que é prejudicada por este entendimento parcial e tendencioso é a esfera de intervenções humanitárias. A doutrina da Responsabilidade de Proteger vem sendo desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao longo das últimas duas décadas e a institucionalização da doutrina ocorre com sua adoção em 2005 pela Assembleia Geral da ONU.

A Responsabilidade de Proteger envolve o reconhecimento de que o Estado, em primeiro lugar, é responsável para garantir a segurança e o bem estar dos seus cidadãos. Porém, é reconhecido também o papel que a sociedade internacional tem quando o Estado é incapaz, ou omissivo, na garantia da segurança básica. Nestes casos, geralmente em Estados que são considerados frágeis ou falidos, a sociedade internacional se vê obrigada a intervir para proteger os cidadãos deste local. A permissão para violar a soberania de um Estado é baseada na Responsabilidade de Proteger, fato que para muitas pessoas gera certo desconforto (WELSH, 2013).

Um importante pressuposto para o acionamento da Responsabilidade de Proteger é a ameaça à uma população. Esta pode ser definida através da ação ou omissão de um Estado frente a uma ameaça. O que consegue reagir e efetivamente eliminar a ameaça à sua população, geralmente vai ser considerado um Estado forte, que é soberano em seu próprio território e está cumprindo a sua responsabilidade. Porém, na medida em que não é capaz de cumprir com estas obrigações relacionadas à segurança ele começa a se encaixar na definição comumente aceita de Estado falido. A intervenção legitimada pela Responsabilidade de Proteger geralmente ocorre em Estados falidos, porém as vezes é difícil discernir o critério utilizado para classificá-lo como tal.

A literatura que sustenta a tese da falência de Estados está enraizada em um universalismo europeu que vê o Estado a partir de sua capacidade de prover bens políticos positivos para seus cidadãos. Na definição normalmente aceita,

“Estados bem sucedidos fornecem aos seus cidadãos uma ampla variedade de bens políticos incluindo os mais valiosos que são o bem estar, lei e ordem e segurança. Abaixo desses estão Estados fracos, que não conseguem fornecer a mesma variedade de bens políticos ou bens políticos do mesmo valor que Estados bem sucedidos. No fundo estão Estados

falidos, que não são capazes de fornecer nenhum bem político de valor para seus cidadãos infelizes¹”(HILL, 2005)

Esta definição está baseada no poder do Estado e como ele pode utilizar este poder para garantir os bens que a sociedade demanda. O universalismo europeu que sustenta esta concepção de Estado bem sucedido está justamente na comparação a-histórica que é feita entre Estados europeus e Estados no resto do Mundo. Partindo do pressuposto que o Ocidente é composto por Estados fortes, que são capazes de fornecer estes bens políticos descritos, outros ao redor do mundo são comparados com este modelo que teve séculos para desenvolver. Os Estados que não se assemelham ao modelo ocidental são considerados ineptos, ou incapazes de cumprir com suas obrigações mínimas; eles são cópias imperfeitas do ocidente, que precisariam de uma ajuda externa para se adequarem às exigências da sociedade internacional. (HILL, 2005: 145)

Para deixar mais claro que o modelo de Estado não é fato natural da vida moderna, pode-se observar que a Falência de Estado somente surge como um conceito a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Com a formação da ONU, é afirmado o princípio da auto determinação para os territórios coloniais, que ao longo das décadas seguintes legitimará as diversas lutas pela independência que acontecerão no continente africano. Estas lutas, porém, são baseadas em um nacionalismo que foi desenvolvido dentro do Estado colonial, em relação à presença do colonizador. Esta identidade que é desenvolvida difere de nacionalismos que surgem em situações que não a colonial.

O nacionalismo que parte da experiência colonial é, para Sanjay Seth (2011), um processo coercitivo e criativo. O que ele quer dizer com isto, é que os povos colonizados precisaram desenvolver uma nação que correspondia ao território que compunha a colônia. Neste território haviam grupos que falavam idiomas diferentes, tinham práticas culturais distintas e às vezes até contraditórias, que precisavam se unir para expulsar o colonizador. A criatividade deste processo vem do processo necessário de reimaginação de identidades. A coerção vinha do fato de que as pessoas precisavam ser forçadas a aprender esta nova

¹ Tradução nossa. No original, “Successful states provide their citizens with a wide range of political goods including the most valuable of welfare, law and order and security. Below these are quasi and weak states, which cannot provide the same array of political goods or political goods of the same value as successful states. At the bottom are collapsed and failed states, which are unable to deliver any political goods of value to their unfortunate citizens.”

identidade nacional para que pudessem se submeter a ela. Este trabalho de criação e coerção é necessário, de acordo com Seth,

“Precisamente porque a nação não era a forma política que a comunidade cultural inevitavelmente adotava nos tempos modernos, formas mais antigas de identidade agora precisavam ser forçadas a se adequar ao novo molde que era a sua suposta forma natural.”² (SETH, 2011: 179)

Se o conceito de nação é criado socialmente, quais são as implicações para a ideia de Estado e, principalmente, a ideia do Estado africano. Historicamente, nem todas as sociedades africanas se organizavam na forma de um Estado centralizado. O grupo étnico somali por exemplo demonstra uma espécie de republicanismo participativo onde nenhum indivíduo tem a autoridade para impor sua vontade sobre outro. As decisões políticas e jurídicas mais importantes são levadas a conselhos onde todos tem a oportunidade de discursar sobre o tema e debater qual seria a melhor opção para todos. É possível ver que este sistema não se encaixa bem na definição do Estado como uma instituição principalmente definida pela sua capacidade coercitiva.

O Estado que hoje está presente em grande parte da África foi o mesmo que os europeus deixaram após as independências. Kimenyi et al (2010: 1345) comenta que o colonialismo

“[...] criou ‘estados’ na África que, frequentemente, só podiam ser mantidos unidos através do uso significativo da força. Atualmente alguns governos Africanos são simplesmente incapazes de demonstrar o controle completo sobre o território dos estados artificiais, que eles herdaram dos colonialistas.”³

Estes Estados criados acabam não sendo eficazes na oferta de bens políticos à maneira que europeus esperam, e isto, como discutido anteriormente, leva à comparações com Estados europeus como referências de sucesso. Ao desconsiderar que os Estados europeus também tiveram histórias violentas na criação de seus Estados fica mais aparente que o discurso sobre o Estado africano como ele é concebido atualmente é artificial.

² Tradução nossa. No original, “Precisely because the nation was not the political form that cultural community inevitably took in modern times, older forms of identity had now to be forced into the new container that was their alleged natural repository or form.”

³ Tradução nossa. No original, “[...] created "states" in Africa that, often, could only be held together through the employment of significant levels of force. Today some African governments are simply unable to assert full control over the territory of the artificial states, which they inherited from the colonialists.”

O grande problema de todos os temas mencionados ao longo deste capítulo é que eles estão afetando negativamente a realidade de muitas pessoas na África. O eurocentrismo exposto no começo limita a compreensão sobre o mundo de uma forma que não permite que soluções fora dos padrões europeus sejam encontradas. Esta limitação pode ser vista na incapacidade de compreender o Estado africano fora destes padrões, classificando-os como ‘falidos’, como cópias imperfeitas. As intervenções que são justificadas com base na falência de Estado acabam tendo sua efetividade questionada como poderá ser notado no próximo capítulo. Existem alternativas às intervenções humanitárias e processos caros e ineficientes de *state-building* liderados por atores externos e para que elas sejam exploradas, primeiro a história da universalidade destas construções europeias precisa ser questionada.

2. A CONQUISTA DA ÁFRICA E AS INTERVENÇÕES DO SÉCULO XX NA SOMÁLIA

Este capítulo tratará inicialmente do processo de colonização para expor a maneira que os colonizadores, em geral, compreendiam o continente africano. Através desta exposição será demonstrada a violência utilizada pelos poderes coloniais para submeter populações locais enquanto os europeus negociavam entre si a divisão da terra do continente. A exploração do processo e dos instrumentos que legitimaram a colonização é auxiliar para entender os acontecidos na Somália, uma vez que é possível ver resquícios das atitudes tomadas por colonizadores, como a crença de que eles poderiam dominar a situação e mudar o comportamento de africanos através da força.

O foco principal da segunda parte é a compreensão do povo somali como ele era antes da colonização e como as distorções de poder realizados no período colonial afetaram o conseqüente desenvolvimento do Estado. É importante notar que o principal foco do capítulo é a Somália, sendo que a Somalilândia será comparada posteriormente. Finalmente serão tratadas as sucessivas intervenções humanitárias, inicialmente lideradas pela ONU e posteriormente pela União Africana (UA), e como elas afetaram o desenvolvimento político da Somália. De grande importância no capítulo é o papel de *spoilers*⁴ nacionais e internacionais que por seus próprios motivos impediram um processo de formação de governo. A exploração destes temas possibilitará a posterior comparação do efeito de atores internacionais distorcendo as realidades de poder no desenvolvimento político de um local.

2.1 LINHAS GERAIS DA COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA

O século XIX foi um período de profundas mudanças ao redor do mundo. É neste século que o processo de industrialização é aprofundado na Europa e nos Estados Unidos, as Américas estão lutando pela independência dos Estados coloniais europeus, e na África o contato com europeus se intensifica levando à partilha e eventual conquista de todo o continente. O fato de as mais profundas mudanças causadas pelo contato africano com europeus terem ocorrido nas duas últimas décadas do século XIX não significa que não

⁴ Um spoiler é um agente com o interesse de interromper o processo de formação do Estado. Suas motivações podem ser baseadas na não concordância com o regime sendo desenvolvido ou também o agente vê a instabilidade como situação favorável aos seus interesses.

houvesse um contato anterior à este período. De fato, a partir do fim do século XV expedições tentavam contornar o continente buscando um caminho marítimo para as Índias Orientais e povoados europeus pontilhavam a costa africana. Porém, como aponta Albert Adu Boahen, “Até 1880, em cerca de 80% do seu território, a África era governada por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, em impérios, reinos, comunidades, e unidades políticas de porte e natureza variados.” (BOAHEN, 2010: 3)

A década de 1880 é importante para a história da África pois é neste período em que pode-se situar o início da chamada 'corrida' para a África. O período é marcado pelo aumento do interesse europeu em abandonar a antiga prática de manter o controle de áreas restritas que permitia mais liberdade para populações locais, e estabelecer efetivos governos sobre os povos africanos, estabelecer colônias de fato. De acordo com Godfrey N. Uzoigwe (2010), a corrida para a África, e a subsequente partilha do continente pelas potências europeias é iniciada por três eventos importantes, que ocorrem em diversas partes do continente africano.

O primeiro evento tem as suas raízes no interesse pessoal do rei da Bélgica, Leopoldo II. O monarca funda a Associação Internacional Africana em 1876 com a missão de explorar os Congos, região na África Central. Ao longo dos próximos dez anos o monarca trabalha para estabelecer o território do Estado Livre do Congo que, ao término da Conferência de Berlin sobre a África Ocidental que ocorreu entre 1884 e 1885, é reconhecido por todas as nações europeias. O segundo evento tem a sua gênese nas ações da Coroa portuguesa, também no ano de 1876. O rei português autoriza expedições ao interior do continente que, ao início da década de 1880, levariam à anexação das propriedades rurais afro-portuguesas em Moçambique. O terceiro evento, que marca o início da corrida para a África, é o caráter expansionista adotado pelos franceses. Este expansionismo foi marcado pela participação francesa em conjunto com a Inglaterra no controle do Egito, incursões no território do Congo, e o reestabelecimento de colônias na Tunísia e Madagascar. (UZOIGWE, 2010)

As grandes potências industriais da época, a Alemanha e a Inglaterra, estavam satisfeitas com o controle e a exploração indiretos dos territórios africanos. Porém, ao perceber que os outros Estados com posses territoriais no continente africano estavam se movimentando para consolidar territórios e estabelecer o controle direto neles, a Alemanha e a Inglaterra se viram obrigados à criar suas próprias colônias. Com a competição que

começa a surgir entre os Estados colonialistas europeus, primeiro Portugal e depois a Alemanha, sugerem uma conferência para evitar conflitos no continente europeu e garantir que a conquista da África seja pacífica na medida do possível. É decidido que os Estados europeus discutirão estas questões em Berlim no ano de 1884. (UZOIGWE, 2010)

A Conferência de Berlim sobre a África Ocidental ocorre entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Novembro de 1885 e, embora tenha sido convocada com base em “grandes ideais humanitários”, acabou gerando o documento que sustentaria as violentas condutas europeias durante a conquista do continente (UZOIGWE, 2010). Em primeiro lugar, é desta conferência que surge a doutrina de esferas de influência especialmente ligada ao conceito de *hinterland*. Esta doutrina efetivamente legitimava a entrada europeia no continente uma vez que, de acordo com Uzoigwe (2010: 33), “A doutrina foi interpretada da seguinte forma: a posse de uma parte do litoral acarretava a do *hinterland* sem limite territorial.” Em segundo lugar estabeleceu a doutrina do controle efetivo que estipulava que

“o ocupante de qualquer território costeiro deveria estar igualmente em condições de provar que exercia ‘autoridade’ suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e, conforme o caso, a liberdade de comércio e de trânsito nas condições estabelecidas”(UZOIGWE, 2010: 33-35)

A Revolução Industrial que ocorreu em meados do século XIX trouxe novas capacidades militares para os europeus e, neste período, a venda de armas mais modernas para as sociedades africanas praticamente parou. Quando houve um confronto nessas novas condições, os europeus dispunham de armas mais potentes, com maior alcance, e que podiam atirar mais rápido. Além de possuir o apoio de artilharia naval quando disponível, nos últimos embates das guerras coloniais, aviões chegaram a serem utilizados pelos exércitos europeus. (UZOIGWE, 2010)

A tecnologia foi fundamental para a conquista da África, não somente pela superioridade militar gerada, mas também por outras vantagens que ela trouxe aos europeus. O telégrafo permitia comunicações rápidas com o continente europeu, navios a vapor permitiam que recursos chegassem às colônias de maneira rápida e eficiente, e as ferrovias facilitavam o deslocamento para o interior da África, estabelecendo assim um controle efetivo, garantindo o poderio europeu, como exigido pelas Conferências de Berlim de 1884. De acordo com Terence Ranger, essas vantagens tecnológicas tornaram a colonização um processo irreversível porque, de fato, as mudanças causadas pelo processo da colonização

difícilmente seriam revertidas à um estado pré-colonial, porém isto não significa que o processo foi algo irresistível. (RANGER, 2010)

A resistência teve um papel importante nos anos da consolidação do sistema colonial e também em sua eventual queda. Os movimentos populares no continente se baseavam em tradições locais para legitimar a oposição, não somente aos colonos mas também ao regime explorador, que muitas vezes contava com o apoio de lideranças africanas no caso do governo indireto. O grande propósito das resistências era manter a sociedade pre-europeia viva, em especial as práticas que regiam as interações sociais e as ideias religiosas que sustentavam as estruturas de poder tradicionais. Estes dois aspectos eram importantes pois era através deles que as sociedades africanas compreendiam o mundo; formas sociais anteriores à colonização foram suprimidas através da força, e isto acarretou um embate entre o modo de organizar a sociedade à maneira tradicional e à maneira europeia.

2.2 A SOMÁLIA DA COLONIZAÇÃO À GUERRA CIVIL

Iniciando na década de 1880, como em muitas das outras colonizações no continente, os poderes europeus se interessaram pela Somália em razão de sua localização vantajosa no continente africano. Neste período as terras do povo somali foram disputadas tanto por europeus, como também pelo imperador Menelik da Etiópia que, sentindo-se ameaçado pelo avanço dos europeus, procurou expandir seu território para proteger o planalto central de seu império. Os três Estados europeus que marcaram sua presença em território somali foram o Reino Unido, a Itália, e a França, sendo que os dois primeiros constituíram as colônias que se uniriam para formar o território da Somália atual. Para os europeus estes territórios eram importantes porque estavam em um ponto estratégico que facilitava o acesso à algumas regiões como a costa oriental da África, as Índias orientais e a Península Árabe. Estas ocupações trouxeram mudanças profundas para o modo de viver tradicional do povo somali e enfraqueceram as instituições políticas tradicionais que garantiam a paz e a segurança entre indivíduos somalis.

2.2.1 A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE PRÉ-COLONIAL

A Somália pré-colonial era essencialmente uma sociedade sem um Estado central embora em diversos pontos de sua história tenham surgido sultanatos e governos que se aproximavam a um Estado. As interações entre clãs e comunidades eram reguladas através de duas instituições tradicionais, o *xeer* e o *diya*. Farah et al (2002) explicam as instituições,

“O *xeer* se aproxima a um corpo de convenções e contratos sociais e confere a autoridade política descentralizada aos anciãos da comunidade e líderes dos clãs.[...] É um dos poucos sistemas de prevenção e administração de conflitos que sobrevive na atualidade. Um outro é o *diya*, ou o sistema de compensação de sangue derivado da *Sharia* Islâmica e o *xeer* costumeiro. Compensação sob o *diya* era negociada entre o clã ofendido e membros do grupo que cometeu o crime. Em termos gerais, o *xeer* e o *diya* ajudaram prevenir não somente conflitos comunais e o crime, mas também serviram para conter a anarquia na Somália pré-colonial.” (FARAH et al, 2002: 323)⁵

O *xeer*, então, é o contrato social que define e distingue os diferentes grupos de parentesco unidos sob o *diya*. Mohamed (2007) comenta que somente a união através da patrilinearidade não é suficiente para sustentar um sistema político, é necessária a existência do contrato social para que os laços de parentesco sejam formalizados.

O sistema político somali pré-colonial estava baseado nestes grupos e isto significava que não havia um poder central, muito menos um com a capacidade coercitiva que caracteriza o Estado na concepção europeia. A sociedade era dividida em clãs e sub-clãs baseados na patrilinearidade e os principais clãs que comportam a maior parte do povo somali são: Hawiye, Darod, Issaq, Dir, e Rahanwey (FARAH et al, 2002). Porém, o grupo político e jurídico mais importante para a sociedade somali é o chamado de *jilib*, os pagadores de *diya*, “[...]que compartilhava as mais importantes responsabilidades como o pagamento de compensação⁶, defesa comum e ajuda comum.”⁷ (LEWIS, 1961 apud MOHAMED, 2007: 226) Este grupo é mais reduzido, se estende entre cinco e sete ancestrais.

⁵ Tradução nossa. No original, “Xeer approximates a body of social conventions and contracts, and vests decentralised political authority in community elders and clan leaders. [...] It is one of the few systems of conflict prevention and management that survives to the present day. One other is diya, or the customary blood compensation system that derives from Islamic Sharia law and customary xeer. Compensation under diya was negotiated between the aggrieved clan and members of the group that committed the crime. Generally, xeer and the diya helped to prevent not only communal conflicts and crime, but also served to contain lawlessness in pre-colonial Somalia.”

⁶ No inglês, o termo utilizado é *blood money*, que remete especificamente à compensação financeira para crimes como assassinato, danos corporais, danos à propriedade, como também pode ser entendido como o resgate pago por um refém.

⁷ Tradução nossa. No original, “[...] who shared the most important responsibilities such as the payment of blood money, common defence, and common help”

Estes grupos, embora estivessem baseados na descendência patrilinear, eram também construídos a partir do contrato social. As exigências da vida transumante criavam a necessidade de formar alianças que às vezes não conseguiam basear-se na genealogia. Sendo assim, poderiam ser estabelecidas conexões putativas, chamadas alianças uterinas, para unir clãs, grupos pagadores de *diya*, ou famílias. O casamento era uma ferramenta importante na interação entre grupos de descendências diferentes, pois ele estabelecia conexões entre famílias e grupos maiores, sendo desejável que indivíduos casassem com pessoas de outros grupos. Alianças com base na religião comum ou então entre parceiros comerciais também eram influentes na vida política somali, dando uma oportunidade além das famílias para indivíduos se associarem. Todos estes elementos aumentam a complexidade da vida política somali, indo muito além de somente conexões genealógicas, ou tribais. Como Jama Mohamed comenta, a genealogia “[...]como uma mitologia é muito útil, pois ela naturaliza o histórico – ela esvazia o (conteúdo) histórico das relações humanas e as reduz a um catálogo abstrato (forma)”⁸ (BARTHES, 1957 apud MOHAMED, 2007: 241) Isto significa que embora a genealogia esteja no fundo das relações políticas da Somália elas são relativizadas para seu melhor funcionamento.

A sociedade tradicional somali praticava uma forma consensual de partilha de poder, onde nenhuma pessoa tinha mais poder do que um outro, os líderes da comunidade e anciãos participavam de deliberações entre eles para a resolução de qualquer questão. Neste sistema todo homem tinha o direito de discursar nos encontros deliberativos, e nenhum detinha o poder coercitivo sobre os outros. O que diferenciava um homem de outro neste âmbito era sua virtude, isto é, sua capacidade para a retórica, humildade, piedade, hospitalidade, entre outras características que eram valorizadas pela sociedade. Estes encontros deliberativos ocorriam principalmente a partir de dois Conselhos. O primeiro era o Conselho Político, o *shir*, que poderia ocorrer entre o grupo pagador do *diya* ou o clã para discutir temas como a promulgação de um novo grupo pagador de *diya*, adaptação de um tratado de paz, planejamento para a guerra ou qualquer outro assunto de relevância para o grupo. (MOHAMED, 2007)

O *xeerbeegti*, ou Conselho Jurídico, abordava questões como o assassinato, roubo, assalto, divórcio, herança, todos sob um assumido ‘véu de ignorância’. A retórica, mais uma vez, é fundamental neste processo pois ambas as partes na disputa, como também qualquer

⁸ Tradução nossa. No original, “[...]as a mythology it is very useful, for it naturalizes the historical–it empties the historical (content) from human relations and reduces it to an abstract table(form)”

testemunha, precisa expor seu lado da estória. O sistema abre espaço para advogados, se for necessário para o caso, como também existe a possibilidade de incluir alguém para recordar os fatos nos casos mais complexos. O Conselho em si é formado por quatro membros que são responsáveis pelo julgamento para que, no caso de uma decisão dividida, uma maioria simples não possa impor seu ponto de vista (MOHAMED, 2007). Nestes dois Conselhos eram discutidas as questões mais importantes para a estabilidade da sociedade somali.

É notável, então, a existência de uma estrutura social somali muito mais complexa do que a presumida pelos colonizadores. Os britânicos, por exemplo, buscavam identificar líderes para investirem neles a autoridade única, indo contra todos os fundamentos da sociedade somali baseada no consenso. A preferencia dada à estes indivíduos selecionados pelas administrações coloniais na realidade criava desequilíbrios de poder e despertava a inveja de grupos que não eram favorecidos pela administração. Estes fatos, em conjunto com as tentativas de deslegitimar as instituições tradicionais de solução de conflitos, deixavam poucas alternativas para os grupos excluídos do Poder, aprofundando muitas vezes conflitos entre clãs e enrijecendo divisões entre estes grupos. (MOHAMED, 2007)

2.2.2 A HISTÓRIA A PARTIR DA COLONIZAÇÃO

A Somália não possui um governo central efetivo e disputas violentas entre diversos grupos ocorrem em grande parte de seu território, com a pior instabilidade localizada ao sul do território. A grande maioria das pessoas que habitam a Somália é de etnia somali, fala o mesmo idioma e segue a mesma religião, fatores que deveriam contribuir para uma maior coesão interna e estabilidade, mas que até os dias de hoje não ocorreu. De fato, o país tem sofrido com a instabilidade ao longo de todo o século XX, sendo este período marcado por diversos conflitos armados (FARAH et al., 2002).

Entre 1900 e 1920 os governos coloniais da Inglaterra e da Itália combateram Sayyid Mohammed Abdulle Hassan, líder que logrou criar um exército Somali de aproximadamente doze mil combatentes, composto de indivíduos de diversos clãs (IBRAHIM, 2010). Sayyid tentava unir os clãs somalis sob a bandeira do *jihad* islâmico, que visava expulsar os imperialistas cristãos, europeus e etíopes, que estavam fortalecendo sua posição na Somália. O recurso à religião comum, como também poemas escritos por Sayyid, serviram para criar

um espírito nacionalista entre os somalis que sobrevive até a atualidade. Estes esforços, além dos grandes sucessos que Sayyid obteve contra os europeus, o tornaram uma figura importante para o povo somali. Embora os esforços de Sayyid não tenham conseguido expulsar os estrangeiros da Somália, Ibrahim (2010: 97) resume, “Sob o comando de Sayyid Muhammad, o povo somali havia conseguido fustigar os imperialistas europeus e os etíopes durante vinte anos, obtendo vitórias militares, políticas e mesmo diplomáticas.”

Ainda sob a administração colonial, “nas décadas de 1920 e 1930 somalis lutaram contra o governo Italiano fascista. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Itália e a Grã-Bretanha lutaram por controle da Somália.”⁹ (FARAH et al, 2002: 322) Nos anos após as guerras o povo somali, especialmente o representado pela Liga da Juventude Somali, tentava estabelecer a grande Somália¹⁰. O território da Grande Somália incluía regiões ao norte do Quênia, o Djibuti, a região de Ogaden na Etiópia, além dos territórios da Somalilândia Britânica e Somália Italiana. O Reino Unido deteve controle sobre grande parte dos territórios somalis, excluindo o Djibuti que permaneceu no controle francês, lutando até para o estabelecimento da Grande Somália sob tutela britânica. A então recém criada ONU se manifestou contra a união dos povos somalis e em 1949 retornou a tutela da Somália por dez anos à Itália que tinha perdido suas colônias no final da Segunda Guerra Mundial. (HRBEK, 2010)

A década de 1950 viu na Somália Italiana e no Protetorado britânico da Somalilândia a população cada vez mais descontente com as administrações coloniais. Na Somalilândia, especialmente, houve um esforço, por parte dos britânicos, de minimizar a representação de somalis na administração somente havendo um maior esforço de inclusão nos últimos quatro anos da década. Na Somália Italiana, houve maior tentativa de permitir que somalis participassem da política, com vários partidos políticos sendo estabelecidos, porém o administrador Italiano do território ainda detinha poder de veto absoluto sobre assuntos militares e externos. Ambas as populações expressavam um interesse de unir o povo somali em um único Estado, tanto que em julho de 1960, com os dois territórios independentes, é estabelecida a fusão para a criação do Estado Somali. (HRBEK, 2010)

⁹ Tradução nossa. No original, “In the 1920s to 1930s Somalis fought Italian fascist rule. During the Second World War, Italy and Britain themselves fought over Somalia.”

¹⁰ A Grande Somália é um sonho político de vários que aspiraram ao poder na Somália. A unificação deste território uniria todos os povos somalis que estão espalhados pelo Djibuti, Quênia e Etiópia, além da Somália (Ver Mapa I: THE HORN OF AFRICA: Approximate area inhabited by the somali people)

A Somália independente, de acordo com Farah (2002), experimentou três períodos políticos distintos. O primeiro é o período da democracia multipartidária civil, que ocorreu na década de 1960. Duas eleições foram realizadas neste período, primeiro de Aden Abdulle Osman, que posteriormente foi sucedido por Abdirashid Ali Sharma'arke em 1967 (FARAH et al, 2002). Neste período foi adotada uma Constituição nacional e também foi estabelecida uma Assembleia Nacional para representar os diversos clãs (KIMENYI et al, 2010). O Ano de 1969 foi turbulento para a Somália, pois o presidente Sharma'arke foi assassinado por um de seus guarda-costas e o Major-General Mohamed Siad Barre assumiu o poder através de um golpe de Estado militar.

No segundo período, Mohamed Siad Barre revoga a Constituição após um golpe e instaura um Conselho Revolucionário Supremo, que é dotado de todo o Poder executivo e legislativo, totalmente liderado por Barre (KIMENYI et al, 2010). Neste período Barre adota um sistema de Socialismo Científico “[...]baseado em uma combinação de ideias emprestadas da Sharia Islâmica, da lei costumeira somali e do comunismo.”¹¹ (FARAH et al, 2002: 324) Neste sistema, Barre proibiu todos os partidos políticos, acusando-os de serem somente produtos e instrumentos dos clãs. As políticas deste período contra os clãs foram tão drásticas que forçaram indivíduos a irem morar em comunas e proibiam perguntar sobre a linhagem dos somalis. O governo no início da década de 1970 estava trabalhando para eliminar qualquer vestígio da sociedade tradicional somali e isto foi feito também ao substituir as instituições tradicionais por oficiais designados pelo Governo. (HESSE, 2010)

O terceiro período, a partir da segunda metade da década de 1970, Barre praticou uma política de expansão militar estimulando, no processo, um sentimento nacionalista e também irredentista. Tanto na Etiópia, quanto no Quênia, Barre apoiou movimentos de rebeldes somalis, ações que, de acordo com o governo, não eram “[...]um ato de colonialismo, expansionismo ou anexação, mas sim uma contribuição positiva para a paz e a união na região.”¹² (FARAH et al, 2002: 325) Estas tendências expansionistas do governo de Barre culminaram em 1977 na invasão da região de Ogaden na Etiópia que é composta por uma maioria somali. A incursão não durou muito, pois no ano seguinte as tropas somalis já haviam sido expulsas da Etiópia. Eventos como este motivaram um pacto defensivo entre

¹¹ Tradução nossa. No original, “[...] based on a combination of ideas borrowed from the Islamic Sharia law, the Somali customary law and communism”

¹² Tradução nossa. No original, “[...] not as an act of colonialism, expansionism or annexation, but rather as a positive contribution to peace and unity in the region.”

o Quênia e a Etiópia para prevenir que a Somália se tornasse uma potência regional e desestabilizasse a região. (FARAH et al, 2002)

A independência que a Somália havia adquirido na década de 1960 a inseriu no jogo internacional de zonas de influência que marcou o período da Guerra Fria. Neste contexto o governo de Barre se alinhou com a União Soviética por afinidades ideológicas e, em razão disso, a Somália recebia ajuda soviética na forma de recursos para o desenvolvimento e ajuda militar. Com o tempo a relação somali com a União Soviética foi se deteriorando em razão do expansionismo de Barre. Como, em geral, a Somália depende de ajuda externa para manter sua economia, Barre começa a se aproximar do ocidente para garantir estes fluxos de ajuda externa. Porém, com as tensões da guerra fria diminuindo nos últimos anos da década de 1980, e com o socialismo parecendo uma ameaça menor para o ocidente, os recursos enviados para a Somália começam a diminuir em quantidade e frequência. Esta diminuição, “[...] em conjunto com as políticas econômicas fracas, implementadas pelo General Barre, prejudicaram a economia somali de maneira tão significativa que, no início de 1990, o país estava à beira do colapso.¹³” (KIMENYI et al, 2010: 1350)

Este foi o cenário que precedeu a eventual queda de Mohamed Siad Barre em 1991. A repressão de Barre aos clãs que não o seu próprio, o Darod, e em especial o clã Issaq do norte da Somália, geraram um sentimento extremamente negativo contra o ditador (KIMENYI et al, 2010). Barre utilizou seu tempo no poder, especialmente na década de 1980 para germinar a desconfiança entre clãs, enfraquecer seus opositores e inibir as leis costumeiras de compensação (HESSE, 2010). A queda de Barre em Janeiro de 1991 criou um vácuo de poder em razão de não haver um grupo dominante, e os principais movimentos que o derrubaram não conseguiram formar uma coalisão para governar. A experiência dos somalis ao longo do século XX instaurou uma grande desconfiança de governos centrais e os abusos do violento Governo Barre somente solidificaram esta desconfiança, levando ao fortalecimento da crença de que somente o próprio clã de um indivíduo é confiável (KIMENYI et al, 2010).

A Guerra Civil somali, como pode ser visto, veio sendo construída ao longo do século XX através das práticas do Estado. Governos que buscaram deslegitimar as tradicionais formas de organizar a sociedade somali, enquanto utilizavam o poder para

¹³ Tradução nossa. No original, “[...] coupled with the poor economic policies implemented by General Barre, hurt the Somali economy so significantly that, by early 1990, the country was on the verge of collapse.”

melhorar sua própria situação, eliminaram as estruturas que mantiveram a paz no passado. O ditador repressivo que conteve as tensões internas criadas por ele próprio não aguenta a resistência do povo e é forçado à sair do país enquanto os diversos grupos, agora armados, lutam entre si para ver com quem ficaria o que sobrou do aparato estatal. A economia profundamente dependente da ajuda externa não sobreviveu ao desinteresse que seguiu o fim da Guerra Fria, onde estabelecer a influência sobre África não era mais importante para o ocidente.

Os anos de 1991 e 1992 viram a anarquia crescer na Somália com diversos grupos armados e milícias lutando para conseguir o controle do Estado. O conflito se baseou, em grande parte, nas cisões entre os clãs que foram criadas ao longo do governo Barre e neste período um dos grupos responsáveis pela retirada de Barre do poder o *United Somali Congress* (USC) utilizou propagandas estimulando a violência contra outros clãs para garantir seu controle de Mogadíscio. Os clãs agredidos pelo USC também formaram milícias para combater a violência direcionada a eles, estabelecendo assim um sistema de alianças em constante fluxo, com cada milícia tentando obter um benefício próprio. Este conflito, em conjunto com uma seca que atingiu a região como um todo, gerou uma crise alimentícia que teve aproximadamente 250.000 vítimas. Nesse contexto de crise humanitária, o Conselho de Segurança da ONU decidiu intervir inicialmente para levar comida para a Somália partindo do Quênia em 1992. (KAPTEIJNS, 2013)

2.3 AS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS NA SOMÁLIA

No dia 24 de abril de 1992, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução no. 751, pela qual foi estabelecida a *United Nations Operation in Somalia* (UNOSOM). Seu mandato inicial era para monitorar o cessar-fogo que havia sido negociado com os principais líderes das milícias lutando por Mogadíscio. Também em seu escopo de atuação estava a proteção dos recursos da ajuda humanitária que estavam sendo encaminhados para a Somália. Originalmente foram enviados cinquenta observadores para monitorar o cessar-fogo, que fora negociado mas que não estava sendo seguido por grande parte das milícias. (DIEHL, 1996)

A situação no Sul da Somália continuava a piorar com a passagem do tempo e ficou claro que não havia um contingente suficientemente grande o para garantir a distribuição de

recursos para a ajuda humanitária. Em seu relatório de 22 de julho de 1992, o Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali aponta que dois problemas existiam na operação humanitária na Somália: garantir o acesso à população necessitada, e a obtenção de recursos necessários para o programa. A segurança, porém, era o maior problema, uma vez que, “sem a proteção adequada para o pessoal, a implementação de um programa de ajuda humanitária não é possível.”¹⁴ (BOUTROS-GHALI, 1992: 12) A insegurança sentida era clara, com ataques contra tropas da UNOSOM em Mogadíscio, disparos contra os portos e aeroportos sendo utilizados pela missão, e a pilhagem de recursos destinados à ajuda humanitária. O resultado era que, embora os recursos já estivessem na Somália, eles não conseguiam alcançar os seus destinos (ONU, 2003).

Com base na falta de segurança da Operação, o presidente estadunidense George H. W. Bush ofereceu até um máximo de trinta mil soldados para a operação na Somália, que foram aceitos e incorporados à missão em dezembro de 1992. Um problema surgiu, porém, sobre o que este contingente faria quando na Somália. O Secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali esperava que as tropas estadunidenses estivessem envolvidas com o desarmamento, treinamento de policiais nativos, e a restauração da ordem civil. Os objetivos que acabaram sendo adotados pelos Estados Unidos foram bem mais reduzidos, se restringindo somente ao restabelecimento de provisões de emergência. (DIEHL, 1996)

A resolução do 794 do Conselho de Segurança da ONU que estabelecia a *United Task Force* (UNITAF) foi aprovada em 3 de Dezembro de 1992. A resolução aceitava a liderança estadunidense em uma Intervenção humanitária Militar com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas e, como Lidwien Kapteijns (2013: 424) destaca,

“Extraordinário sobre esta resolução foi não somente a autorização do uso de toda força necessária, mas também o desprezo pela soberania nacional somali, justificado, também sob o Capítulo VII, nos termos da ameaça que a crise somali representava para ‘a paz e segurança internacional’.”¹⁵

A nova dinâmica trazida pela UNITAF permitiu sim que os recursos disponíveis para a UNOSOM alcançassem seus destinatários, porém isto acarretou custos bem maiores para todos os envolvidos. O comando estadunidense da UNITAF prezou pelos aspectos

¹⁴ Tradução nossa. No original, “Without adequate protection for relief personnel, the implementation of an effective humanitarian relief programme is not possible.”

¹⁵ Tradução nossa. No original, “Unusual about this resolution was not just the authorization of the use of all necessary force but also its disregard of Somali national sovereignty, justified, also under Chapter VII, in terms of the threat the Somali crisis posed to ‘international peace and security’.”

puramente militares e em razão disso não houve uma integração efetiva com os esforços humanitários liderados pela ONU e as ONGs presentes há mais tempo na Somália. (KAPTEIJNS, 2013)

Foi necessária a negociação com as milícias em controle de Mogadíscio para que a missão pudesse se basear na capital, porém o desenvolvimento desta cooperação é questionado por Lidwien Kapteijns. O autor aponta que as duas milícias com que a UNITAF precisou dialogar estiveram profundamente envolvidas na violência direcionada contra clãs específicos. M.F. Aidid, um dos líderes com quem a UNITAF negociou, foi fundamental na orquestração e execução da perseguição sofrida por milhares de somalis, e com a chegada da missão estadunidense, ele e também outros acabaram sendo tratados como autoridades legítimas em vez de receber o tratamento de senhores da guerra que deveriam estar diante uma corte criminal. (KAPTEIJNS, 2013)

Assim, pode se ver que a UNITAF havia conseguido estabelecer rotas para a entrega de ajuda humanitária que foi fundamental para a sobrevivência de somalis em uma região muito mais ampla do que a UNOSOM inicialmente tinha a capacidade de atingir. Porém a atuação destes atores externos estava favorecendo certos grupos ao invés de ajudar a população somali com a crise humanitária. O Comando da missão estava dividido, a ponto de as tropas lideradas pelos Estados Unidos chegarem a ir contra as intenções da ONU, e a liderança geral que deveria ser do Representante Especial de Boutros-Ghali, Ismat Kittani, acaba com Robert Oakley, subordinado direto ao governo dos Estados Unidos. (KAPTEIJNS, 2013)

Em Março de 1993 é estabelecida a missão que dará continuidade às ações de ajuda humanitária da UNOSOM com a UNITAF. A resolução 814 de 26 de março de 1993 cria a UNOSOM II, desta vez completamente sob o comando da ONU em todos os aspectos. O propósito da UNOSOM II foi também expandido para incluir ações concretas para ajudar a reabilitação do governo central, da infraestrutura do país, e da economia. A missão deveria, também, trabalhar para ajudar na repatriação de centenas de milhares de refugiados e conseguir uma reconciliação nacional. (KAPTEIJNS, 2013) Mais uma vez, as tropas da missão estavam autorizadas, sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas à utilizar a força de maneira ofensiva para desarmar as milícias somalis. (DIEHL, 1996)

A missão da UNITAF era somente o restabelecimento de rotas de suprimentos e este objetivo foi declarado alcançado em Fevereiro de 1993, apenas seis semanas após a chegada

de tropas estadunidenses na Somália. O problema foi que, mais uma vez, o tempo piorava a situação de segurança, e com a missão declarada cumprida pela UNITAF, os Estados Unidos começaram a retirar tropas da região. Em maio desse ano o controle da missão é passado formalmente para a ONU, porém devido à estrutura de comando negociada dentro da própria missão, as principais lideranças continuaram com militares dos Estados Unidos, que seguiram linhas muito semelhantes às da UNITAF. (KAPTEIJNS, 2013)

Em junho de 1993, um grupo de *peacekeepers* paquistaneses recebeu ordens para inspecionar um depósito de armas do General Aidid. Durante sua missão, os *peacekeepers* foram atacados por apoiadores do General e vinte e quatro paquistaneses morreram, com muitos mais feridos (KAPTEIJNS, 2013). Estes eventos provocaram uma reação drástica do comando da UNOSOM II e também do Conselho de Segurança que passou uma resolução encarregando a Missão de apreender os culpados pelo ataque. Investigações apontaram para Aidid como responsável e deste ponto em diante a UNOSOM II efetivamente iniciou uma guerra contra o General. (DIEHL, 1996) Nos meses seguintes houve uma campanha de bombardeio de Mogadíscio causando altos níveis de destruição dos bairros alvejados, como também várias mortes de civis. Kapteijns aponta especificamente para um ataque em 12 de Julho “[...] na casa onde os líderes de facções e anciãos dos clãs estavam aparentemente congregados para responsabilizar Aidid que matou dezenas de civis e configurou uma clara violação do direito humanitário.”¹⁶ (KAPTEIJNS, 2013: 432)

Outros eventos de confronto direto entre tropas da ONU e milícias somalis ocorreram, mas desde esse evento, que marcou o início de um dos períodos mais violentos da presença internacional na Somália, pode ser visto que os objetivos militares estavam se impondo sobre as necessidades da missão humanitária original. A missão não estava conseguindo cumprir seus objetivos de forma significativa e, de certa forma, estava somente repassando recursos para senhores da guerra como o General Aidid com o dinheiro pago para garantir a segurança ameaçada pelos próprios recipientes do dinheiro (KAPTEIJNS, 2013). Embora a violência ainda dominasse o cenário na Somália, havia também a vontade de interromper o conflito. O próprio General Aidid fez algumas propostas para cessar as hostilidades e voltar às negociações, desde que o mandato de sua prisão fosse revogado e seus assistentes retornados à ele. (DIEHL, 1996)

¹⁶ Tradução nossa. No original, “[...] on the house where faction leaders and clan elders had apparently gathered to call Aidid to account, killed scores of civilians and were clear violations of humanitarian law.”

Até o final de 1994, não foi alcançado nenhum acordo sobre o estabelecimento do governo somali, como também não havia um fim próximo da guerra civil que ocorria desde a queda de Barre. Considerando que as missões da ONU só perdiam legitimidade em face aos constantes confrontos com somalis e sua incapacidade de alcançar seus objetivos, o apoio local e internacional também só diminuía. Neste contexto, o Conselho de Segurança aprovou o fim da UNOSOM II em novembro de 1994 e em Março do ano seguinte todas as tropas da ONU haviam se retirado. Foi reconhecido o fracasso da missão política nesses quatro anos de presença na Somália. Embora não tenha ocorrido a pacificação e a unificação do território, como era esperado no início das intervenções, é inegável que o componente humanitário da presença da ONU foi fundamental para a preservação da vida. Este foi o principal sucesso destas intervenções, o suprimento de recursos como comida, medicamentos, e vacinas entre outros recursos para a amenização da crise humanitária.

Após a retirada da ONU, atores regionais precisaram se movimentar para lidar com a situação na Somália. A Etiópia, que faz fronteira com a Somália em seu oriente, é um dos principais afetados pela falta de governo no vizinho, ainda mais quando o grupo Islamista radical *Al-Ittihad al Islamiya* começa a ganhar força com discursos sobre a implementação da *Sharia*, possivelmente com a unificação da Grande Somália (HEALY, 2011). Neste cenário, a Etiópia demonstra preocupação sobre o estado da Somália e começa a promover uma conferência para a reconciliação na cidade etíope de Sodere no início de 1997. Esta Conferência ocorre sob o mandato da Organização da Unidade Africana (OUA) e da *Intergovernmental Authority on Development* (IGAD) e envolve representantes de 26 organizações de clãs. O principal resultado foi a criação do *National Salvation Council* (NSC), composto por 41 membros selecionados dos 26 clãs participantes liderado pelo aliado da Etiópia, Abdulahi Yusuf. (KASAIJA, 2010)

A Conferência de Sodere, porém, não é vista como legítima por um ator importante de Mogadíscio, Hussein Mohamed Aideed, Filho do General Aideed, que acaba boicotando este processo. Em 1998, o Egito em conjunto com a Liga Árabe, promove uma Conferência concorrente no Cairo, desta vez incluindo Aideed, principalmente, e outros atores importantes na Somália (HEALY, 2011). Este momento marca o início da criação de duas vertentes que buscam controlar o governo somali, a primeira, pró-etíopia e secularista, a segunda anti-etíopia e islamista. Embora as duas tentativas de reconciliação acabassem fracassando, a competição entre dois grupos de atores externos fica clara. Por um lado os governos do Egito e outros países árabes interessados na criação de um Estado segundo

princípios Islâmicos, fato que é visto como perigoso pelo governo etíope, que acaba se opondo fortemente a qualquer tentativa de um governo islamista. Do outro lado está a própria Etiópia, posteriormente apoiada pelo governo dos Estados Unidos em suas posições anti-islamistas.

O início do ano 2000 vê mais uma tentativa de reconciliação, desta vez promovida pelo recém eleito presidente do Djibuti, Ismail Omar Guelleh. A Somali National Peace Conference (Conferência Nacional Somali para a Paz), ocorre em Arta no Djibuti com o apoio do IGAD, Egito, Líbia e os Estados do Golfo. Diferente das outras Conferências anteriores o processo de Arta trouxe para o diálogo líderes tradicionais e da sociedade civil ao invés de senhores da guerra. A Conferência conseguiu eleger uma Assembleia transitória que aprovou uma Constituição provisória. Com estes instrumentos também são eleitos Abdiqassim Salaad Hassan como presidente e Hassan Abshir Farah como primeiro ministro do *Transitional National Government* (TNG). Uma falha neste processo de reconciliação foi a exclusão de chefes militares, que controlavam áreas importantes da Somália, limitando a área de atuação do TNG à uma seção de Mogadíscio (KASAIJA, 2010).

A Etiópia demonstra insatisfação com este processo ao notar que muitos de seus aliados foram excluídos e começa a convencer certos chefes militares a abandonar a conferência, fato que termina por criar o *Somalia Restoration and Reconciliation Committee* (SRRC). Este grupo é liderado por Abdulahi Yusuf da Puntlândia que não permite o efetivo funcionamento do TNG ao longo de seu mandato de três anos e, mais uma vez, é notada a necessidade de uma Conferência para mediar o embate entre o TNG e o SRRC (KASAIJA, 2010). Assim, em 2002 um novo processo é iniciado no Quênia que acaba durando dois anos divididos em três fases. A Primeira fase seria uma declaração de cessar-fogo, seguida por um processo de resolução de assuntos chave, até que finalmente seria estabelecido um governo baseado no poder compartilhado (MENKHAUS, 2007).

O governo criado nos dois anos de negociação no Quênia, o *Transitional Federal Government* (TFG) é apoiado por um parlamento baseado na fórmula de distribuição de poder 4.5, onde os quatro principais clãs da Somália tem representação igual, e os grupos minoritários ficariam com uma representação diminuída, o 0.5. O parlamento estabelecido, elege Abdulahi Yusuf para a presidência e Ali Mohamed Gedi para o cargo de Primeiro Ministro. Embora este processo tenha sido mais inclusivo, ainda assim havia oposição por parte dos chefes militares de Mogadíscio, alguns dos quais eram até ministros no TFG. Em

função da insegurança em Mogadíscio o TFG preferiu que o governo fosse baseado nas capitais provisionais de Jowhar e Baidoa, fato que era visto pelo grupo de Mogadíscio como uma tentativa de isolá-los. Outro fator contestado pelo grupo de Mogadíscio era o pedido de intervenção que o TFG contemplava para pacificar a capital e permitir que o governo se estabelecesse. Os chefes militares acreditavam que, mais uma vez, o propósito desta intervenção militar era de tirar poder deles. (KASAIJA, 2010)

Os dois grupos que lutavam pelo poder seguiam algumas das características do embate entre os atores pró-etíópia, e os contra. A liderança do TFG, especialmente o presidente e o primeiro ministro, eram apoiados pelo governo etíope e suas posições, em especial o pedido de intervenção, serviu para fortalecer grupos islamistas, especialmente o *al-Shabab*. Ao longo de 2004 e 2005 o *al-Shabab* seguiu uma agenda de assassinatos políticos e terrorismo contra o TFG. O início de 2006 viu uma coalizão de cortes *Sharia* e milícias islamistas se tornar o grupo mais poderoso da Somália, especialmente após terem derrotado um grupo organizado às pressas para combater o terrorismo, a *Alliance for the Restoration of Peace and Counter-Terrorism* (Aliança para a Restauração da Paz e Contraterrorismo), apoiado pelo governo estadunidense. Menkhaus (2007) comenta que este conflito que durou 4 meses foi o mais inesperado e mais desnecessário que ocorreu na época, além de causar uma virada a favor do governo islamista.

Neste período a *Islamic Courts Union* (ICU) conseguiu vitórias militares importantes, derrotando a Aliança, e abrindo espaço para sua seguinte expansão para o resto da Somália. Menkhaus (2007: 369) aponta que “Foi a primeira vez que Mogadíscio se encontrou sob uma administração unificada em 16 anos”¹⁷. Embora a ICU fosse vista de maneira favorável pela população, atores externos como a Etiópia e os Estados Unidos demonstravam preocupação com a rápida ascensão do grupo Islamista. O governo estadunidense acusava a ICU de abrigar elementos da *al-Qaeda* responsáveis por ataques a embaixadas estadunidenses em Nairóbi e Dar es Salaam. Também existia a preocupação com indivíduos membros de grupos extremistas como o *Al-Itihad al-Islamiya*, e a atuação do *al-Shabab* dentro da organização. Segundo Menkhaus estes dois fatores, as alas radicais dentro da ICU e a interferência etíope, foram os maiores desafios do curto tempo de governo das Cortes. (MENKHAUS, 2007)

¹⁷ Tradução nossa. No original, “It was the first time Mogadishu had fallen under a unified administration in 16 years.”

No tempo em que as Cortes controlaram a Somália, o principal debate internacional sobre o governo era se a ICU era controlada por Sharif Sheikh Ahmed considerado moderado ou Hassan Dahir Aweys, que era visto como um extremista (MENKHAUS, 2007). A opinião de atores importantes como os Estados Unidos e a Etiópia tendia a reconhecer as lideranças como extremistas. Em dezembro de 2006, após ameaças da ICU de atacar o TFG em Baidoa, o governo Etíope age unilateralmente e entre os dias 24 e 1º de Janeiro de 2007, o exército etíope, junto com tropas do TFG, consegue capturar as cidades sob o controle das Cortes e efetivamente debandar a ICU. Nas semanas seguintes, uma intervenção é sancionada pela União Africana e, em fevereiro de 2007, pelo Conselho de Segurança da ONU, substituindo tropas etíopes por soldados de outros países da região. (KASAIJA, 2010)

A *African Union Mission to Somalia* (AMISOM) teve o mandato inicial de seis meses para atingir objetivos semelhantes aos das missões anteriores: apoiar o diálogo e reconciliação, proteger as instituições provisórias, ajudar a treinar o exército somali e garantir a paz e segurança na região. Para isso contava inicialmente com tropas de Uganda e Burundi, com mais países africanos prometendo contribuir com o esforço, algo que por diversas razões ocorre de maneira inferior ao esperado¹⁸. A falta de apoio a missão foi um fator negativo contínuo e, como aponta Kasaija (2010), três anos após o início da missão, em maio de 2010, o contingente militar funcionava com somente 5.000 dos 8.000 soldados necessários.

O fato de não dispor de todos os recursos necessários não impede a AMISOM de cumprir parte de seu mandato. Ao longo de seus quase nove anos na Somália, o TFG viu a troca de presidentes, a expansão do parlamento, e uma melhora na situação de segurança. A contínua ameaça de grupos terroristas como o *al-Shabab* persiste e teve o resultado de, até o final de 2012, ter conseguido aumentar o contingente militar a 18.000, além de outros enviados com funções policiais e também civis (WILLIAMS, 2013). As atividades da AMISOM estão espalhadas pelo território somali com contingentes de Uganda, Burundi, Quênia, Djibuti, e Etiópia ocupando diferentes setores, porém, ainda assim, não há o controle total sobre a Somália. A missão multinacional é vista com mais legitimidade do que em tentativas anteriores, mas resta ainda projetar o poder da missão com mais clareza. Em sua resolução mais recente, o Conselho de Segurança da ONU ainda não percebeu uma

¹⁸ Kasaija aponta para países como a Nigéria, que escolheu não participar por acreditar que o pagamento recebido por uma missão da ONU seria melhor. Malawi ofereceu apoio militar, mas o presidente na época não conseguiu aprovar a missão no parlamento.

situação favorável para o envio de uma missão própria e por isso autorizou a continuação da AMISOM até pelo menos 30 de maio de 2016 (ONU, 2015).

Tentativas de restabelecer a paz no sul e no centro da Somália em geral não surtiram efeito porque em grande parte atores externos selecionavam quem eles pensavam que poderiam representar a população somali. A redução constante da complexidade política somali a somente conflitos entre clãs é um impedimento para uma compreensão melhor da situação política do país. Sem considerar a maneira como a sociedade já foi organizada, e como as interações com o governo central e também com atores internacionais mudaram a sociedade não será possível alcançar um fim para a falência da Somália como um Estado. É notável que todos os processos que tentaram estabelecer um governo na Somália ocorreram fora do território somali, sendo alguns no Djibuti, no Quênia, ou na Etiópia. A interferência externa também contribuiu para o fato de não haver nenhum sucesso concreto de estabelecer o governo central do Estado somali, sendo que, como foi demonstrado, no último século os períodos em que a Somália esteve realmente independente e fora de conflitos internacionais foram breves.

Estas considerações instigam a questão de como seria possível alcançar um melhor nível de organização política na Somália. Talvez deixar de lado soluções prescritas por atores externos possa alcançar o sucesso. Olhar para as instituições tradicionais somalis pode apresentar um caminho mais racional para a reconstrução do Estado, e é neste ponto que surge o exemplo da Somalilândia. O antigo protetorado britânico conseguiu se manter longe de boa parte da Guerra Civil, embora não sem seus próprios conflitos, e conseguiu em conferências articuladas internamente iniciar o processo de criação de seu Estado. É um exemplo pertinente por compartilhar muito de sua história com o resto da Somália e por isso será o foco do próximo capítulo.

3. A SOMALILÂNDIA: FORMAÇÃO DO ESTADO E O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

A Somalilândia está localizada no Noroeste do Território somali e ao longo dos últimos vinte anos vem tentando ser reconhecida internacionalmente como um Estado independente. O reconhecimento internacional tem sido um motor importante para o desenvolvimento da região e tem marcado o discurso político interno de maneira semelhante. Os principais esforços políticos atualmente são para consolidar o território e continuar o processo de fortalecimento e democratização do Estado. A história da Somalilândia, principalmente após a guerra civil, será analisada neste capítulo com o propósito de detectar quais fatores contribuíram para a relativa estabilidade do país desde 1997.

Em Janeiro de 1991, após finalmente expulsar o ditador Mohamed Siad Barre do governo somali, milícias e outros grupos armados responsáveis por este golpe precisavam formar um governo para substituir Barre. De Mogadíscio, uma facção dentro do *United Somali Congress* (USC), liderada por Ali Mahdi, unilateralmente declarou que seria com base em seu poder que o novo governo seria estabelecido, com Mahdi na presidência (RIDOUT, 2012). Ao norte do território somali, o *Somali National Movement* (SNM), que também foi fundamental na guerra contra Barre viu esta declaração como uma tentativa de grupos do sul da Somália de impor seus interesses ao norte, de maneira bastante semelhante ao que havia ocorrido no momento das respectivas independências da Itália e da Inglaterra.

Inicialmente a intenção das lideranças do SNM era pacificar o país e estabelecer um novo governo com maior autonomia para a região. Porém, a pressão popular após a declaração do USC mostrou que o Norte não estava mais disposto a submeter-se à capital. Neste cenário, as conferências de reconciliação que ocorreram em território da Somalilândia tem um resultado inicial bastante claro, da revogação do tratado de união com a Somália, com o território delimitado pelas antigas fronteiras do protetorado inglês. A declaração de independência até hoje não é amplamente aceita, com a comunidade internacional se recusando a reconhecer a Somalilândia como país independente, mantendo-a como região autônoma da Somália.

O não reconhecimento da Somalilândia tem o efeito principal de não ser possível o repasse da ajuda financeira geralmente direcionada a Estados frágeis. Também há dificuldade para os governantes da região de legitimar transações comerciais internacionais,

dificultando assim outra fonte de recursos que poderiam ajudar no desenvolvimento do país. Apesar de estar relativamente isolada da sociedade internacional, a Somalilândia tem alcançado objetivos que diversas missões internacionais espalhadas pelo mundo tem dificuldade de alcançar. Primeiro foram negociados acordos de paz entre as principais milícias da região. Um governo transitório foi estabelecido, que posteriormente deu lugar a uma constituição aprovada por referendo, um parlamento bicameral, e uma presidência. Até 2012 ocorreram cinco eleições consideradas livres por observadores internacionais, com mais uma eleição geral prevista para 2016. Além disso o principal porto da região foi reaberto para negócios, como também aeroportos e estradas ligando a Somalilândia aos seus vizinhos, possibilitando assim a participação no comércio com outros países na região.

As razões para o sucesso da Somalilândia podem servir para influenciar as tentativas de criar um Estado, tanto no resto da Somália quanto em outros lugares do mundo. Para isso a história da Somalilândia será brevemente comparada com a já apresentada história da Somália. Os atores envolvidos neste processo serão discutidos, como também o contexto onde eles puderam trabalhar para criar as estruturas de governo. Finalmente as relações da Somalilândia com o resto do mundo serão abordadas, principalmente no que tange as razões pelo reconhecimento do Estado.

3.1 COMPARAÇÃO COM A SOMÁLIA

Em geral a Somalilândia e a Somália tendem a serem vistas como territórios homogêneos pelo fato de serem compostos majoritariamente por um único grupo étnico, que segue a mesma religião e fala o mesmo idioma. Em uma análise mais superficial é possível mesmo concordar com estas afirmações, porém ao estudar mais profundamente as regiões, começam a aparecer distinções bastante claras. Uma das primeiras questões que dividem a Somália da Somalilândia é climática. Grande parte do território somali sofre da escassez de água, forçando um estilo de vida transumante, com migrações sazonais para fontes permanentes de água e pastos. O sul da Somália, especificamente entre os rios Shabelle e Jubba tem características diferentes, tornando a região a única que sustenta a agricultura de maneira substancial. (LEONARD & SAMANTAR, 2011)

O território da Somalilândia possui menores regiões férteis que, mesmo com duas temporadas de chuvas, sofrem de longas secas (HOCH & RUDINCOVÁ, 2015). A

necessidade de manter o estilo de vida transumante em função da escassez afetou a forma como a política na região se desenvolveu. Neste cenário, populações rurais não poderiam ser realisticamente controladas por governos nos centros urbanos. A solução para este problema se encontrou nas estruturas tradicionais de poder do *Xeer*, que acabam sobrevivendo apesar da repressão governamental, especialmente no governo de Barre. Estas estruturas ganham importância especial no processo de formação do governo da Somalilândia pois é com base nelas que ocorrem as primeiras conferências de paz (AHMAD & GREEN, 1999) e também as negociações sobre o governo eventual.

As necessidades climáticas não foram as únicas influências na estruturação das sociedades da Somália e Somalilândia. A herança colonial também teve um papel importante na diferenciação dos dois territórios. Os colonizadores ingleses procuravam evitar perturbar as instâncias de poder locais, preferindo identificar líderes para governar em seu nome em um sistema de governo indireto.¹⁹ Este sistema trazia seus próprios problemas ao favorecer indivíduos que, em certas ocasiões, não tinham legitimidade frente a comunidade para governar. Ao nomear administradores o Império distorcia as estruturas tradicionais de poder criando uma elite governante em um lugar onde a comunidade era tradicionalmente governada através da participação dos indivíduos. Ainda assim, este sistema foi menos agressivo que o italiano e permitiu a manutenção da organização tradicional da sociedade.

A tática de colonização adotada pelos italianos no centro e sul Somália era mais invasiva e notadamente mais violenta do que o modelo inglês. O objetivo final dos colonizadores italianos era de trazer a Somália para a “modernidade”. Para isso seria necessário impedir que modos de vida “primitivos” continuassem. A urbanização e a introdução da educação em massa para a população serviria para apressar este processo. Com uma população urbana educada, a Somália italiana seria um mercado cativo importante para a Itália, além disso teria a capacidade de exportar bens primários para a metrópole. A necessidade de urbanização e exportação agrícola foi um dos fatores que motivou a administração colonial a modificar o que era tradicionalmente plantado na região, fato que contribuiu para as periódicas fomes.

¹⁹ A prática era consolidada em partes do Império Inglês onde não havia o interesse de um engajamento profundo. O termo utilizado em inglês era *indirect rule*.

Um terceiro fator para a diferença entre os dois territórios é o número de grupos lutando pelo poder de sua respectiva região. A Somalilândia é predominantemente populado pelo clã Issaq, que após a queda de Barre utilizou sua superioridade militar para incentivar negociações com outros clãs que haviam apoiado o ditador (BALTHASAR, 2013). No sul da Somália, principalmente na região de Mogadíscio, haviam várias milícias com bases formadas dos diferentes clãs locais que se uniram para lutar contra Barre. Após a queda do ditador, a coalizão se fragmentou e neste cenário surgiu o conflito que continua até hoje. Além de existir uma maior diversidade de grupos armados na região do sul da Somália existe o agravante ao conflito já mencionado, a atuação de estrangeiros na região. A ONU, em suas intervenções, adotou a prática de pagar senhores da guerra para tentar manter segura a missão, também alguns vizinhos apoiaram com recursos financeiros e militares milícias alinhadas com seus próprios interesses. Houve, além destes, o apoio do governo estadunidense a senhores da guerra, principalmente com o foco no combate ao terrorismo na região. (MENKHAUS, 2007)

Além destes, Nicholas Eubank (2012) aponta como fator fundamental para o sucesso da Somalilândia, em contraste com a Somália, a inelegibilidade do país para receber ajuda humanitária externa. O autor sugere que por a Somalilândia não ser internacionalmente reconhecida, recursos estrangeiros que entram em outros lugares recuperando de situações semelhantes não chegam à região. Isso obrigou as autoridades a recorrer à população para suas necessidades financeiras, iniciando um processo de negociação de rendas²⁰ que é explorado mais a frente. O que Eubank aponta é que Estados que recebem grandes quantidades de recursos financeiros estrangeiros não têm a mesma necessidade de buscar a legitimação da população local²¹. A escassez de recursos rentáveis de fácil controle pelo governo, tal como diamantes ou petróleo, também é apontado como um fator que influenciou a necessidade da Somalilândia de buscar recursos internamente.

Fatores como estes são parte do cenário que levou os dois territórios a experiências bastante diferentes nas últimas décadas. O que será explorado na próxima seção é como atores internos na Somalilândia lidaram com essas diferenças e conseguiram obter o

²⁰ O termo utilizado originalmente no artigo é *revenue bargaining*, que remete a um processo de negociações entre autoridades feudais e populações que estabeleceu bases tributárias para o financiamento do Estado incipiente.

²¹ Eubank sugere em seu trabalho que suas proposições aplicam somente à Somalilândia. Porém, em uma tentativa de generalizar as propostas, Simplice Asongu (2014) aplicou esta lógica à 53 países africanos através de dados empíricos e demonstrou a relação entre ajuda financeira recebida e a legitimidade do governo.

resultado à vista atualmente. O foco principal será no processo ocorrido e os principais atores, como também os objetivos determinados por eles.

3.2 ATORES INTERNOS E A ESTABILIDADE

A negociação do Estado da Somalilândia ocorreu ao longo da década de 1990 e envolveu pessoas de todos os ramos da sociedade. Para compreender este cenário, é útil analisar o Estado mais como um processo histórico e político dinâmico do que como um agrupamento de instituições e capacidades. Hagmann e Péclard (2010) sugerem uma estrutura que considera atores, seus objetivos e as arenas de negociação como objetos que esclarecem a relação de poder entre os que pretendem governar e os governados. Renders e Terlinden (2010) utilizam esta metodologia para estudar a criação da Somalilândia e suas observações serão comparadas com a de outros autores para poder desenvolver o mapa mais claro possível deste processo.

Este modelo proposto por Hagmann e Péclard serve para fugir de visões que focam somente nas estruturas estatais, o Estado para os autores é “...o produto de complexos processos de negociação que ocorrem no ponto de encontro entre o público e o privado, o informal e o formal, o ilegal e o legal²²” (HAGMANN & PÉCLARD, 2010: 552). Estes pontos de encontro definem a esfera que cuidará de certos temas, seja estatal ou não estatal. Com isso o objeto da negociação se trata do estabelecimento de direitos e obrigações na arena da política nacional. Existe porém, a arena local onde estímulos e interesses podem divergir do governo central, e neste embate entre o nacional e o local é que surgiu a primeira versão do governo da Somalilândia.

O governo de Mohamed Siad Barre, agindo sob o Socialismo científico, acreditava que as estruturas dos clãs e as formas tradicionais de organizar a sociedade criavam entraves para o desenvolvimento da Somália (AHMAD & GREEN, 1999). Em uma tentativa de remediar este problema, campanhas de repressão ocorreram em várias partes do território somali e um dos clãs mais afetados foi o clã Isaaq. Principalmente após o fracasso da Guerra do Ogaden, na Etiópia, a repressão de Barre ao norte da Somália aumentou e motivou a criação do *Somali National Movement*, que em pouco tempo se armou e iniciou ataques

²² Tradução nossa. No original, “...the product of complex processes of negotiation that occur at the interface between the public and the private, the informal and the formal, the illegal and the legal.”

contra o governo de Barre. O SNM tinha apoio da comunidade da diáspora na Inglaterra e contava com a permissão do governo etíope para utilizar bases no país, e com estes recursos pôde realizar os ataques contra o governo principalmente, na região da Somalilândia.

No cenário de instabilidade e conflito contra o governo Barre pessoas eram forçadas a sair de suas casas para encontrar refúgio em locais mais seguros. Em função da grande população somali na região do Ogaden, muitos escolheram buscar segurança neste local. O SNM esteve presente nos acampamentos de refugiados ao longo do conflito provendo alguns serviços básicos e trazendo segurança para estes locais que necessitavam este tipo de assistência. Para incluir líderes de diversos sub-clãs no processo decisório do grupo foi estabelecido um conselho consultivo, chamado de *Guurti*. A atuação do grupo neste contexto, em conjunto com o conselho de líderes de clãs presentes deu uma certa legitimidade para o SNM, uma vez que ele demonstrou a capacidade de prover serviços essenciais para cidadãos.

A queda de Barre e a subsequente atuação do USC forçou o SNM à buscar alternativas para a pacificação da Somalilândia. O projeto inicial de criação de um governo federal somali capaz de representar todas as regiões se tornou inviável, e a independência se torna a melhor opção. Antes de negociar formas de governo e a divisão de poder foi necessário resolver conflitos existentes. Para este fim, líderes dos diversos clãs e sub-clãs interessados viajaram para pontos específicos em conflito e abriram um diálogo para encontrar uma solução pacífica (AHMAD & GREEN, 1999). Repetindo este processo nas diferentes partes da Somalilândia foi possível minimizar as diversas disputas entre grupos e permitiu a primeira grande negociação de paz na região.

3.2.1 A CRIAÇÃO DO ESTADO: 1991-1996

Em maio de 1991 em Burco, ocorreu a Grande Conferência dos Povos do Norte, a primeira conferência com participação dos diversos clãs da região. Os principais sucessos da Conferência foram o estabelecimento do governo interino baseado na estrutura do SNM e a inclusão de clãs além dos Issaq (RENDERS & TERLINDEN, 2010). No entanto, enquanto o processo de reconciliação ocorre com os outros clãs da região, dentro do SNM surge uma divisão entre os elementos civis e militares. A disputa entre os dois teve consequências negativas para a governabilidade das instituições interinas, uma vez que os elementos

militares, o *Calan Cas*, foram marginalizados pelo presidente Abdirahman Ahmed Ali 'Tuur'. Em função disso o *Calan Cas* dificultou o processo de integração das diversas milícias ainda espalhadas pela Somalilândia. Muitos dos locais que geravam renda para o governo acabaram sob o controle da facção militar, deixando o governo sem recursos para levar a frente o projeto de criação do governo. (BALTHASAR, 2013)

Em Março de 1992 no cenário de controle limitado do país e a crescente escassez de recursos do governo, houve uma tentativa do Governo liderado por Tuur de ocupar o porto de Berbera, o mais importante da Somalilândia, através da força, iniciando um conflito armado entre sub-clãs dos Isaaq. A divisão dentro do SNM ameaçava dissolver a frágil paz conquistada, mas o que impediu um conflito maior foi justamente a atuação de líderes dos outros clãs e também elementos fora do SNM (RIDOUT, 2012). As divisões internas do governo interino mostraram a incapacidade do SNM de governar isoladamente e, além deste fato, a atuação de líderes tradicionais na resolução do conflito predominantemente Isaaq demonstrou a necessidade de incluir mais clãs na estrutura do governo. Como aponta Balthasar (2013) em 1993, ao final de quase dois anos de tentativas de governar por parte do SNM, a Somalilândia se encontrou sob a ameaça de um novo conflito, com clãs armados e um governo sem a capacidade de intervir na situação.

A Somalilândia parecia ter retornado ao início de seu processo de formação de Estado quando ocorreu a Conferência dos Anciãos das Comunidades da Somalilândia em Borama, entre janeiro e maio de 1993. Nesta segunda grande conferência nacional mais uma vez a paz é garantida através da negociação, o sistema de administração local é estabelecido, fortalecendo o caráter descentralizado da Somalilândia e um novo governo central é escolhido (BALTHASAR, 2013). Este período é marcado pelo estabelecimento da Ordem Política Híbrida característica da Somalilândia. Esta ordem é assim chamada por institucionalizar as relações tradicionais dos líderes dos clãs com seus povos ao mesmo tempo que traz instituições da democracia representativa como uma Câmara de Representantes e um Presidente que, eventualmente, seriam eleitos pelo voto popular. Os líderes tradicionais participam da Câmara dos Anciãos, a câmara alta do Congresso, e foram escolhidos por “[...]figuras influentes de seu clã em cooperação com a administração da Somalilândia²³” (HOEHNE, 2013: 203)

²³ Tradução nossa. No original, “[...] influential figures in their clan in cooperation with the administration of Somaliland.”

A conferência também é marcada pela ascensão de Mohamed Ibrahim Egal, que assume a presidência em 1993 e a mantém até sua morte em 2002. Egal é um personagem importante por ter conseguido debandar as milícias espalhadas pela Somalilândia e recolher armamentos pesados utilizados por elas. O apoio da comunidade empresarial da Somalilândia foi fundamental neste primeiro momento, pois foi através de seus empréstimos que o Governo pôde financiar a reintegração das milícias à sociedade e a formação das forças de segurança nacionais (RENDERS & TERLINDEN, 2010). Balthasar (2013) também aponta como Egal estabeleceu uma moeda própria da Somalilândia e criou fontes de renda através da arrecadação de impostos em pontos estratégicos de comércio como o porto de Berbera e a cidade de Kalabeydh.

Este último ponto é fundamental para compreender a legitimidade que o governo da Somalilândia conseguiu na década de 1990 ao estabelecer compromissos financeiros locais ao invés de compromissos com estrangeiros. Como explica Nicholas Eubank (2012), ao não dispor de fontes de renda externas, o governo precisou negociar com o povo para assegurar recursos e, ao depender da população para garantir a renda do governo, se tornou mais fácil responsabilizar o governo por suas ações. Os contribuintes detêm, através do pagamento de impostos, um mecanismo para pressionar o governo para satisfazer suas necessidades. Seu estudo demonstra que o processo de negociação liderado por Egal foi importante para a credibilidade do governo e permitiu a ação necessária para a formação de instituições legitimadas pelo povo.

No início do governo de Egal, muitas das fontes de renda disponíveis para o governo eram controladas por sub-clãs presentes na região, boa parte deles com milícias para defender seus interesses. O presidente precisava retirar estes recursos das mãos de sub-clãs e integrá-los ao Governo, para isto Egal utilizou dois mecanismos. Primeiro o Presidente iniciou a campanha de desarmamento e reintegração das milícias espalhadas pelo país, utilizando os que estavam dispostos para compor o Exército Nacional e provendo treinamento para os outros que preferiam retornar à vida civil. Em segundo lugar Egal movimentou as lideranças dos clãs que controlavam uma determinada fonte de renda para postos equivalentes onde eles não teriam controle direto sobre os rendimentos das fontes. (BALTHASAR, 2013)

A criação de Estados depende da negociação e redistribuição de poder e na Somalilândia este processo teve momentos críticos onde as partes recorreram à violência

para evitar a centralização do poder no aparato estatal. Como mencionado, Tuur teve dificuldades ao tentar incorporar o porto de Berbera ao Estado e, em maneira bastante semelhante, Egal também precisou recorrer à violência para incorporar o aeroporto de Hargeisa em 1994. Este conflito surge porque o sub-clã que controla o aeroporto apoiou Tuur em seu curto governo. Balthasar (2013) sugere que recusar à cooperar com o governo seria uma retaliação contra Egal, que era apoiado pelo grupo que impediu a integração do Porto de Berbera por Tuur. Diferente da situação em Berbera, o presidente detém os recursos militares e financeiros para derrotar a resistência e termina o conflito com maior controle sobre a Somalilândia (RENDERS & TERLINDEN, 2010).

Ao final do conflito Egal havia conseguido deslegitimar a resistência apoiadora de Tuur ao designar o grupo como anti-independência e conseqüentemente anti-Somalilândia. Egal também sentia que o *Calan Cas*, ala militar do SNM, detinha poder demais no governo e tinha pretensões de controlar o presidente e, por estas razões, trabalhou para eventualmente eliminar a influência do grupo militar no governo. Após retirar poder destes dois grupos, em 1996 Egal pôde organizar a Conferência de clãs de Hargeisa para obter os resultados desejados pelo presidente. Fundamentalmente, a presidência sai fortalecida das negociações ao retirar funções dos chefes de clãs e repassá-las às lideranças do governo, permitindo a Egal utilizar cargos no governo como incentivos para opositores se integrarem ao governo e também como instrumentos de manipulação de certos grupos, mantendo sua base aliada e portanto, sua posição. (RENDERS & TERLINDEN, 2010)

3.2.2 A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO: 1997 - 2015

Egal foi um presidente que soube utilizar a dinâmica dos relacionamentos entre clãs para fortalecer as instituições centrais do governo da Somalilândia de modo geral. Embora as reformas ocorridas na Conferência de Hargeisa de 1996 tirassem poder dos líderes tradicionais que garantiram a paz nos primeiros anos após a independência no âmbito nacional, eles mantiveram muitas de suas responsabilidades com as populações locais. Foi necessário politizar cargos do governo para abrir espaço para processos mais democráticos que Egal percebeu serem necessários para o eventual reconhecimento da Somalilândia como Estado. Para garantir continuar a democratização da Somalilândia, a Constituição do país foi aprovada por referendo em maio de 2001, garantindo assim um sistema eleitoral

multipartidário, um executivo e judiciário independentes. Ela também determinava o sistema que regeria a transição da autoridade tradicional para uma baseada em preceitos democráticos.

O sistema híbrido que institucionalizou os mecanismos tradicionais de governo foi fundamental para a inicial pacificação da Somalilândia e também garantiu a governabilidade durante o período de formação do Estado. Porém, como aponta Markus Hoehne (2013), ao longo do período de desenvolvimento da Somalilândia houve a transferência de autoridade, e conseqüentemente de poder, dos líderes tradicionais tanto no Guurti, quanto os de outros clãs, para o Estado e seus agentes. Ao incluir os líderes de clãs no governo eles começam a se associar mais com o Estado do que com os clãs que eles deveriam estar representando, e assim perdem o status de negociadores independentes que tiveram nas principais negociações na década de 1990. O que começa a ocorrer é a cooptação da Câmara dos Anciãos por Egal, principalmente após a conferência de Hargeisa em 1996/7 onde os representantes que foram acrescentados à casa foram escolhidos pelo presidente (HOEHNE, 2013).

Estes representantes da Câmara dos Anciãos, escolhidos por figuras influentes e pela administração, permanecem no poder até hoje, sendo esta a única instituição do governo que ainda não teve eleições. A constituição prevê que a eleição para esta Casa deveria ocorrer um ano após a eleição para a Câmara Baixa do Congresso, que ocorreu em 2005. Eleições tem sido problemáticas no sentido de que, iniciando depois da primeira eleição presidencial após a morte de Egal, várias outras tem ocorrido atrasadas por causa da dificuldade de serem organizadas no território. Em função das dificuldades ocorreram várias extensões de mandatos, tanto de representantes quanto da presidência, cada uma com suas próprias motivações. Estes problemas dificultam o processo democrático ainda que em alguns casos sejam compreensíveis, considerando a falta de experiência eleitoral do país.

As primeiras eleições presidenciais ocorreram em 2003, como previsto na Constituição. Considerando o sucesso do governo de Egal, ele era o favorito, porém no meio de 2002 o então presidente faleceu durante uma cirurgia. Seu vice, Dahir Riyale Kahin assumiu o cargo e presidiu as primeiras eleições multipartidárias do país, em dezembro de 2002. Em abril do ano seguinte ocorreu a eleição para presidente, que acabou sendo decidida por uma diferença de 214 votos e uma decisão da Corte Suprema da Somalilândia (RIDOUT, 2012). O governo de Riyale não conseguiu uma maioria na Câmara Baixa do congresso

obrigando o presidente a trabalhar com uma oposição relativamente forte. É importante lembrar que a eleição para a Câmara dos Anciãos que deveria ter ocorrido em 2006 é prorrogada por decreto presidencial e nos anos seguintes o mandato presidencial é prorrogado até 2010 (RIDOUT, 2012).

Estes casos dos Poderes do Estado prorrogarem seus mandatos aparentemente de maneira recíproca é um dos problemas com a ordem política da Somalilândia. Atuando desta maneira, tanto a Câmara dos Anciãos, quanto a Presidência se aproveitam do fato de ainda não haver um processo democrático para selecionar os representantes para prolongar seu tempo no poder. Markus Hoehne explica que este cenário do *Guurti* se torna uma barreira contra o processo democrático formal porque,

“Quanto mais fortes os sucessivos governos civis em Hargeisa se tornaram, mais controle eles ganharam sobre os membros do *Guurti*. Este processo foi complementado pela adaptação dos Anciãos no centro a uma vida urbana confortável e a salários do governo e ao distanciamento de suas comunidades tradicionais (e predominantemente rurais).”²⁴ (HOEHNE, 2012: 206)

Fatores como estes vão contra a necessidade de renovar os indivíduos no poder e é especialmente problemático no caso da Somalilândia que precisa provar o funcionamento de suas instituições para o mundo.

A mais recente eleição, a do atual Presidente Ahmed Mahamoud Silanyo, ocorreu dois anos após a data planejada, mas também viu o Incumbente transferir o poder pacificamente para a oposição após perder. A eleição foi monitorada por atores nacionais e internacionais, que estiveram presentes em grande parte do território para garantir a integridade do processo. Os monitores trabalharam para garantir o registro de eleitores e também estiveram presentes em diversos centros de votação e, posteriormente, garantiram o processo de contagem em distritos especialmente problemáticos (KIBBLE & WALLS, 2011). Estas ações tomadas por observadores tentam trazer legitimidade para o processo democrático na Somalilândia, mas o que ocorre após as eleições pode ir contra todos estes esforços.

O governo de Silanyo é foco de problemas graves que, em certa medida, podem ameaçar as conquistas das últimas duas décadas. Nasir Ali (2015) aponta para os métodos

²⁴ Tradução nossa. No original, “The stronger the successive civilian governments in Hargeysa became, the more they gained control over the *Guurti* member. This process was complemented by the adaptation of the elders in the centre to a comfortable urban life and government payments and their estrangement from their own traditional (and mostly rural) communities.”

utilizados pelo presidente para limitar a liberdade da Imprensa Nacional. Ali cita que em 2014, por exemplo, a Associação de Jornalistas da Somalilândia divulgou o fato de que, somente no governo de Silanyo, 190 casos de abusos contra a Mídia foram registrados. Em comparação com os governos anteriores é notado um aumento drástico da repressão, fruto de uma política aparente de tolerância zero (ALI, 2015). Além destes casos, Ali menciona indícios de corrupção e nepotismo presentes na estrutura do governo, fatos que continuam minando a legitimidade do governo com a própria população.

Existem claras ameaças ao contínuo desenvolvimento da Somalilândia mas ainda assim, muitos destes problemas podem ser resolvidos através do fortalecimento institucional do Estado. A população tem se mostrado disposta a protestar contra abusos do governo e o fato de haver um histórico de transferências pacíficas de poder, da maneira delimitada pela constituição, é positivo para o futuro da Somalilândia. O que precisará ser observado no futuro é o aprimoramento do processo eleitoral, evitando abusos originados tanto no governo quanto nos partidos de oposição. Estender o processo democrático à Câmara dos Anciãos também é fundamental para manter a imparcialidade da instituição, reestabelecendo-a como um contrapeso ao Executivo que goza de legitimidade principalmente em áreas rurais.

As eleições marcadas para 2016 serão fundamentais para definir o futuro da Somalilândia. Uma troca de governo poderá trazer de volta o otimismo sobre o país, que vem sendo erodido pelo governo Silanyo, enquanto sua manutenção pode aprofundar os problemas já mencionados. A continuação do projeto democrático da Somalilândia depende de suas próprias instituições e de sua população, porém existem possibilidades de cooperação com atores internacionais que poderiam facilitar o processo. Esta cooperação no momento é limitada pelo não reconhecimento da Somalilândia já que, em grande parte, a assistência financeira ou técnica precisaria passar pelo governo da Somália. Reconhecer a independência da região mudaria este cenário mas é necessário garantir que as instituições do país estão prontas para esta possibilidade.

3.3 A SOMALILÂNDIA E O RECONHECIMENTO INTERNACIONAL

A Somalilândia é, formalmente, uma região autônoma da Somália com sua independência declarada desde 1991. Apesar de o princípio da Autodeterminação dos Povos

ser reconhecido internacionalmente, ele não tem sido aplicado de maneira igualitária na história recente. A interpretação mais relevante para este trabalho surge após a Segunda Guerra mundial, quando os Estados coloniais começam a lutar contra colonizadores. Neste contexto a Organização das Nações Unidas reconhece que os povos colonizados devem ter o direito de escolher seu próprio governo. Ao mesmo tempo existe uma preocupação com a fragmentação dos Estados, principalmente na África, dentro dos quais populações muito diferentes foram unidas. Assim, o princípio da Integridade Territorial é aplicado em conjunto com a Autodeterminação efetivamente permitindo que populações obtenham independência dos colonizadores desde que todas as populações do Estado Colonial atuem de maneira unificada (ALI, N.Y., 2014).

A utilização destes princípios limita em grande parte as possibilidades de secessão de um Estado moderno sendo ela aceita somente em último caso. A Somalilândia por sua vez não é como muitos movimentos secessionistas porque na realidade, por um breve período entre 26 de junho e 1 de julho de 1960, foi independente, com este status reconhecido por 35 países (FARLEY, 2010). Em 1991, quando o governo da Somália deixou de existir, e quando a Somalilândia declarou sua independência, não havia nenhuma autoridade competente para contestar a dissolução da união com a antiga Somália Italiana. Considerando que a Somalilândia tem sido soberana em seu território ao longo dos últimos 20 anos, enquanto na antiga colônia italiana tropas estrangeiras vêm tentando sustentar governos que nunca tiveram o controle do território, é necessário tentar estabelecer quais são os elementos que determinam a existência de um Estado para tentar compreender a situação da Somalilândia.

O principal instrumento internacional que estabelece os fundamentos do conceito legal de Estado, como ele é entendido atualmente, é a Convenção Sobre Direitos e Deveres Dos Estados assinada em Montevideú em 26 de dezembro de 1933 (Convenção de Montevideú). Em seu primeiro artigo a Convenção define,

“O Estado como pessoa de Direito Internacional deve reunir os seguintes requisitos. [I] População permanente. [II] Território determinado. [III] Governo. [IV] Capacidade de entrar em relações com os demais Estados.”
(CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS, 1933)

Porém, o cumprimento de somente estes critérios não é o suficiente para o reconhecimento de um Estado, a efetividade do governo também deve ser considerada. A efetividade de um

governo pode ser vista através de dois fatores: a independência do governo e sua capacidade de controlar o território (FARLEY, 2010).

A Convenção de Montevideu prevê critérios para identificar um Estado mas também é necessário esclarecer o que significa o reconhecimento internacional que vem sendo discutido. Para isto existem duas escolas de pensamento, a Escola Constitutiva propõe que o reconhecimento de um Estado é fundamental considerando que “[...]uma entidade só se torna um Estado uma vez que tenha sido reconhecida” (FARLEY, 2010: 792). Esta Escola reflete a posição dos Estados consolidados que são os que julgam se um Estado cumpre os critérios da Convenção de Montevideu (ALI, N.Y., 2014). Farley (2010) continua ao explicar a Escola Declaratória, que propõe que o reconhecimento não tem nenhum efeito legal, a declaração somente anuncia um fato, o da existência do Estado. Nesta teoria, uma vez que um Estado cumpre os critérios da Convenção de Montevideu ele passa a existir na comunidade internacional.

Não é necessário estudar profundamente para perceber que o reconhecimento de Estados é limitado por questões além das normativas. Estas duas vertentes se limitam à realidade legal do reconhecimento de um Estado, deixando de lado um aspecto importante da relação entre um Estado de fato e a comunidade internacional, o aspecto político da questão. Principalmente quando observada a Escola Constitutiva do reconhecimento se nota que incluir ou excluir um Estado de fato da comunidade internacional é um instrumento político. As bases legais do reconhecimento são utilizadas para manter unificados territórios que não correspondem a uma nação, que abrigam povos distintos e até hostis sem a possibilidade destas populações determinarem quem os governará. O máximo que é oferecido pela comunidade internacional é a autonomia dentro do território, sem as proteções que a soberania deveria trazer para um Estado.

O caso da Somalilândia é capaz de demonstrar que existe uma necessidade de reconhecer um Estado para integrá-lo às estruturas políticas internacionais. O reconhecimento implícito de Estados vizinhos permite a realização de comércio entre os dois territórios e remete à noção declaratória do reconhecimento apontado para certa funcionalidade do Estado neste contexto. Assim a Somalilândia tem, por exemplo, um Tratado com a Etiópia autorizando a utilização do Porto de Berbera pelo vizinho (FARLEY, 2010). O não reconhecimento da Somalilândia não impede necessariamente a realização

desta relação comercial entre vizinhos, mas limita a atuação mais ampla do país no cenário internacional.

O comércio com a Etiópia é importante para a Somalilândia, mas ainda assim não se compara às necessidades financeiras do governo que são limitadas por sua modesta arrecadação tributária. Ao não ser reconhecido o status independente da Somalilândia o governo enfrenta dificuldades de recorrer a Organizações Internacionais que poderiam complementar o financiamento do governo e de seus projetos através de empréstimos. Sem estes recursos, o governo tem dificuldades de melhorar a infraestrutura da Somalilândia, fator que mantém o crescimento do país relativamente baixo. Neste cenário é possível ver como o reconhecimento internacional do Estado Independente da Somalilândia é importante para o seu desenvolvimento.

É necessário então analisar se a Somalilândia realmente cumpre todos os pré-requisitos para ser um Estado. Primeiro, embora uma grande parte da população seja nômade, é possível afirmar que a população esteja entre 3,5 e 4 milhões de habitantes (MNP&D, 2014). Seu território declarado equivale ao do antigo protetorado britânico e além de algumas disputas sobre sua fronteira oriental, o governo mantém controle sobre todo o território. Como foi descrito, a Somalilândia possui um governo independente que, apesar de recente, provê serviços de segurança, educação e saúde²⁵ e emprega cerca de 13.000 funcionários públicos. Em relação ao último ponto, já foram mencionadas relações comerciais com vizinhos mas, além destas, a Somalilândia conta com um Ministério de Assuntos Exteriores e representações diplomáticas em treze países (MFA&IC, 2015).

Estes dados sobre o governo da Somalilândia indicam que o Estado tem capacidade de continuar sua existência, até sem o reconhecimento pela comunidade internacional, porém as falhas que foram detalhadas anteriormente podem interferir neste processo. Problemas com corrupção e má administração são fatores que dificultam o desenvolvimento da Somalilândia e existe uma real preocupação com os efeitos negativos que o reconhecimento poderia trazer. Estes efeitos podem ser combatidos através da cooperação técnica focada no fortalecimento de instituições, mas isso somente ocorrerá com o reconhecimento do Estado. Questões de segurança ainda não resolvidas, como também possíveis ameaças terroristas originadas na Somália, poderiam ser combatidas com mais

²⁵ Dados compreensivos sobre o desenvolvimento de cada setor estão presentes no relatório “Somaliland in figures”, elaborado pelo Ministério do Planejamento Nacional e Desenvolvimento da Somalilândia.

efetividade ao integrar a Somalilândia às redes de segurança internacionais (PIJOVIC, 2014). Este último ponto seria positivo para a segurança e estabilidade da região como um todo ao criar um aliado disposto a combater ameaças regionais.

Os principais argumentos contra o reconhecimento da Somalilândia focam em medos com bases fracas, sendo o mais coerente a deslegitimação do governo de acordo com o modelo de Eubank. Medos da inviabilidade do Estado são questionáveis, considerando o histórico de estabilidade, como também a existência de dados que demonstram uma economia crescente. O que se pode observar é que o reconhecimento da Somalilândia traz consigo mais possibilidades positivas do que negativas. Ao incluir o país na comunidade internacional as oportunidades para a população devem aumentar, possivelmente levando a uma nova onda de desenvolvimento. Porém, esta inclusão deve ser guiada pelas instituições Estatais já estabelecidas e os favorecidos devem ser as pessoas da Somalilândia.

Ao longo deste capítulo foi demonstrado que a Somalilândia foi capaz de se desenvolver através da representação do povo em diversos momentos, seja quando foi negociada a paz ou quando a população se uniu para eleger um líder. Como em qualquer outra democracia, existem falhas que devem ser trabalhadas, de preferência com a participação do povo nos processos. O contínuo aprimoramento do Estado será fundamental para o futuro da Somalilândia uma vez que, com o reconhecimento internacional, surgirão novos desafios. Ainda assim, a Somalilândia se demonstrou resiliente e capaz ao liderar seu próprio processo de formação do Estado. Futuros desafios trazidos por novos acontecimentos deverão ser enfrentados com os instrumentos já existentes e com as mesmas atitudes que garantiram a sobrevivência do país no passado.

CONCLUSÃO

Ficou claro que ao longo de seus 24 anos de existência a Somalilândia conseguiu se desenvolver de uma forma que muitos territórios não conseguem mesmo com ajuda de organismos internacionais. O propósito inicial deste projeto era esclarecer que elementos foram importantes para a criação do Estado da Somalilândia e também para a manutenção da paz e relativa estabilidade do país. Alguns dos fatores mencionados dependeram do desenvolvimento histórico da região enquanto outros foram benefícios da homogeneidade da população. Ainda assim foi necessário um longo processo de reconciliação e negociação e, este sim, é algo que partiu da iniciativa da população. A atuação dos líderes de clãs foi fundamental para estabelecer a paz inicial e mantê-la ao longo dos anos. Diálogos na forma como foram realizados na Somalilândia, iniciando com disputas locais e expandindo até incluir o território inteiro, tem mais chances de sucesso por incluir uma parte maior dos povos afetados, dando mais legitimidade ao processo.

A legitimidade no processo inicial foi o primeiro elemento que garantiu a paz, mas também, após formado, o governo continuou trabalhando para manter e expandir sua legitimidade. Uma das formas que o governo demonstrou que estava envolvido com interesses nacionais foi através de suas tentativas de se financiar. Ao mesmo tempo que o financiamento garantiu que o governo se manteve independente de interesses externos, ele reafirmou a importância da população para o funcionamento do Estado. Este desenvolvimento do Estado portanto não ocorreu sem nenhuma influência, atores importantes guiaram o processo para garantir o seu sucesso.

Os principais atores que lideraram foram, primeiro os anciãos que se encarregaram de negociar a paz após a guerra civil. Posteriormente as lideranças do SNM tiveram a capacidade de manter a estabilidade através de sua força e quando chegou o momento de repassar o poder a civis, permitiram esta transição. Os presidentes que seguiram o governo provisório do SNM mantiveram, em certa medida, o objetivo central de democratização para alcançar o reconhecimento internacional do jovem país, o que impediu uma quebra do regime democrático estabelecido. Ibrahim Egal guiou o processo de institucionalização e a formalização do Estado da Somalilândia através de sua Constituição. Ahmad Silanyo soube admitir sua derrota em um momento importante para o regime democrático em 2003 para finalmente assumir o poder 7 anos depois, mantendo-se ativo na oposição enquanto foi necessário.

Todos estes fatores têm uma motivação central que iniciou com a declaração de independência em 1991 e somente terminará com o reconhecimento internacional da Somalilândia. Este pode ser um fator acima de todos os outros, pois foi com ele em mente que houve o fortalecimento do Estado. O objetivo do reconhecimento esteve por trás das transferências pacíficas de poder. Foi possível unir a população sob a identidade da Somalilândia pelo entusiasmo que as pessoas demonstravam, pelo otimismo que vinha de viver em um Estado em desenvolvimento em uma região que parece não conter estes processos. Resta saber se este desenvolvimento continuará nos anos que se seguem e se a Somalilândia vai finalmente alcançar seu objetivo.

O reconhecimento internacional do Estado já teve sua importância demonstrada, mas resta saber se ele realmente pode ocorrer ou não. Como em muitos casos semelhantes isso dependerá da vontade de organismos externos como a União Africana, mas também da vontade de atores ocidentais. Qualquer destes pode iniciar um debate real sobre a Somalilândia ao reconhecê-la, forçando as posições ambíguas dos outros. Idealmente seria a União Africana o líder deste processo, considerando que existem documentos internos que apoiam o reconhecimento. Na ausência do reconhecimento a Somalilândia permanecerá exposta a ameaças tanto internas quanto externas à manutenção do governo. O fato de um dos Estados mais estáveis da região ter sua existência ameaçada por esta resistência política pode sugerir qual deveria ser a ação tomada pela comunidade internacional. O reconhecimento é um voto de confiança no processo que ocorreu e ao mesmo tempo é a recompensa para a geração envolvida neste processo e que se dedicou a ele.

A Somalilândia é um bom exemplo de um país que buscou soluções próprias para seus problemas e é importante ressaltar que estas soluções foram eficazes neste caso específico. Seria necessário analisar outros Estados que já tenham passado por um processo semelhante para continuar a reflexão sobre processos importantes para a construção de Estados falidos e definir mais fatores que contribuem para a estabilidade. Se um fator se destaca entre os apresentados ele seria o do estabelecimento de instituições legítimas. Foram estas que definiram os campos de atuação dentro da democracia na Somalilândia e limitaram o efeito de ações negativas tomadas por diversos atores. Estas instituições também não são somente da esfera governamental, vale ressaltar, as instituições tradicionais dos povos somali também foram fundamentais neste processo.

A inovação da Somalilândia foi justamente reconhecer a utilidade de suas instituições tradicionais para manter a estabilidade enquanto a democracia foi estabelecida. É verdade que, em certos momentos, líderes se aproximaram do autoritarismo, porém o

vínculo com a população não foi perdido. Assim, através de seus próprios processos políticos internos a Somalilândia se ergueu da destruição da guerra e décadas de opressão e se tornou causa de esperança na região.

Em contraste a Somália segue ocupada por tropas internacionais sem perspectivas de exercer sua soberania. O governo que é sustentado financeira e militarmente pela comunidade internacional segue frágil e com pouca legitimidade apesar de estar em situação melhor do que em tentativas anteriores. A ameaça terrorista do *al-Shabab* é constante com ataques frequentes às instalações do governo e da AMISOM. Ainda que seja um movimento com associações a grupos terroristas transnacionais, o que realmente dá legitimidade para o *al-Shabab* é o apoio de populações somalis que veem a ocupação por tropas internacionais como uma tentativa de dominação. Neste ponto fica claro a necessidade de compreender os processos que levaram à situação atual da Somália.

Ao comparar a atuação da comunidade internacional com a atuação dos anciãos na Somalilândia se vê uma divergência de interesses. Na Somália soluções agressivas que desconsideram os interesses da própria população e dão prioridade a interesses internacionais criaram uma situação de desconfiança entre governo e governados, fato que precisa ser solucionado para que o país retorne à situação de controle sobre seu próprio território. Com todos os recursos que foram investidos na Somália o resultado tem sido mais ambíguo do que na Somalilândia, que leva a questionamentos destes processos de intervenção em Estados falidos.

O eurocentrismo que sustentou a necessidade de intervir na Somália com base no Capítulo VII da Carta da ONU não previu as consequências duradouras que ainda afetam o país. O pressuposto de que a comunidade internacional poderia rapidamente solucionar os problemas da África é difícil de sustentar atualmente. A Somalilândia é o exemplo de que, ainda que o objetivo final tenha a forma das instituições democráticas ocidentais, o conteúdo e os processos locais que as construíram é o que poderá garantir seu sucesso. Neste caso a pequena região ignorada pelo mundo se demonstrou mais capaz do que o ocidente e todos seus recursos e a Somalilândia segue com sua existência, aguardando o reconhecimento por vinte-quatro anos de trabalho.

REFERENCIAS

- APPIAH, Kwame Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997
- ALI, Nasir M.. Somaliland: The cost of the Silanyo election. *Asian Journal of Humanities and Social Sciences*. v 3. n 2. 2015. p 55-82
- ALI, Nora Y. S.. For better or for worse? The forced marriage of Sovereignty and self-determination. *Cornell International Law Journal*. v 47. n 2. 2014. p 417-444
- BALTHASAR, Dominik. Somaliland's best kept secret: Shrewd politics and war projects as means of state-making. *Journal of Eastern African Studies*. v 7. n 2. 2013 p 218-238
- BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: BOAHEN, Albert Adu (Editor). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 1-20
- BOUTROS-GHALI, Boutros. Report of the secretary-general on the situation in Somalia. S/24343. 22.07.1992. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=s/24343 acessado: Maio/2015
- CONVENÇÃO SOBRE DIREITOS E DEVERES DOS ESTADOS. Convenção sobre direitos e deveres dos Estados, assinada em Montevideu, República Oriental do Uruguai em 26 de dezembro de 1933, por ocasião da Sétima Conferencia Internacional Panamericana. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D1570.htm> Acesso em: ago. 2015
- DIEHL, Paul F. With the best of intentions: Lessons from UNOSOM I and II. *Studies in Conflict & Terrorism*. v. 19. p. 153-177, 1996
- EUBANK, Nicholas. Taxation, political accountability and foreign aid: Lessons from Somaliland. *Journal of Development Studies*. v 48. n 4. 2012. p 465-480
- FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. Londres: Pluto Press, 2008.
- FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968
- FARAH, Ibrahim; HUSSEIN, Abdirashid; LIND, Jeremy. Deegaan, Politics and War in Somalia. In: LIND, Jeremy; STURMAN, Kathryn (Editor) *Scarcity and Surfeit: The ecology of Africa's conflicts*. Pretoria: Institute for Security Studies, 2002. pp 321-356
- FARLEY, Benjamin R. Calling a State a State: Somaliland and International Recognition. *Emory International Law Review*. v. 24, n. 2. 2010 p 777-820
- HAGMANN, Tobias; PÉCLARD, Didier. Negotiating Statehood: Dynamics of power and domination in Africa. *Development and Change*. n 41. v 4. 2010. p 539-562
- HEALY, Sally. Seeking peace and security in the Horn of Africa: the contribution of the Inter-Governmental Authority on Development. *International Affairs*. n.87, n.1. 2011. p. 105-120
- HESSE, Brian J. Introduction: The myth of 'Somalia'. *Journal of Contemporary African Studies*. v. 28. n. 3, 2010 p. 247-259

HILL, Jonathan. Beyond the other? A postcolonial critique of the failed state thesis. *African Identities*, Londres, v.2, n. 3, p. 139-154, 2005.

HOCH, Tomáš; RUDINCOVÁ, Katerina. Legitimization of statehood in de facto States: A case study of Somaliland. *AUC Geographica*. n. 50. v. 1. 2015. p. 37-49

HOEHNE, Markus Virgil. Limits of hybrid political orders: the case of Somaliland. *Journal of Eastern African Studies*. v 7. n 2. 2013. p 199-217

HRBEK, Ivan. A África setentrional e o chifre da África. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Editores). *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília : UNESCO, 2010. p.151-190

IBRAHIM, Hassan Ahmed. Iniciativas e resistência africanas no nordeste da África. In: BOAHEN, Albert Adu (Editor). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 73-98

KAPTEIJNS, Lidwien. Testing the 'new world order' in Somalia: the US/UN military humanitarian intervention of 1992-1995. *Journal of Genocide Research*. v. 15. n. 4. 2013. p. 421-442

KASAIJA, Apuuli Phillip. The UN-led Djibouti peace process for Somalia 2008-2009: Results and problems. *Journal of Contemporary African Studies*. Vol. 28. n 3, Jul, 2010. p 261-282

KIBBLE, Steve; WALLS, Michael. *Somaliland: Change and continuity Report by International Election Observers on the June 2010 presidential elections in Somaliland*. Progressio, Londres. 2011. disponível em: <<http://www.progressio.org.uk/sites/default/files/Somaliland-elections-2010-report.pdf>> Acessado: ago/2015

KIMENYI, Mwangi S; MBAKU, John Mukum; MOYO, Nelipher. Reconstituting Africa's failed states: The case of Somalia. *Social Research*. v. 77. n. 4, 2010 p. 1339-1366

MENKHAUS, Ken. The crisis in Somalia: Tragedy in five acts. *African Affairs*. v 106. n 424. Jul/2007. p 357-390.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS AND INTERNATIONAL COOPERATION (MFA&IC). *Representatives Abroad*. Hargeisa, 2015. Disponível em: < <http://www.slforeign.com/missions-abroad.html>> Acessado em: set/2015

MINISTRY OF NATIONAL PLANNING AND DEVELOPMENT(MNP&D). *Somaliland in Figures 2013*. Hargeisa: MNP&D, 2014. Disponível em: < http://slministryofplanning.org/images/Statistics/Somaliland_In_figures_2013.pdf> Acessado em: set/2015

MOHAMED, Jama. Kinship and contract in somali politics. *Africa: The Journal of the International African Institute*. (Edinburgh University Press). v. 77, n. 2, p. 226-249, Jun/2007. ISSN: 00019720.

ONU. Resolução do Conselho de Segurança 2332, 28 de julho de 2015

ONU. *UNITED NATIONS OPERATION IN SOMALIA I (UNOSOM I) – Background*. 2003. disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unosom1backgr2.html>> Acessado jun/2015

- PIJOVIC, Nikola. To be or not to be: Rethinking the possible repercussions of Somaliland's International Statehood Recognition. *African Studies Quarterly*. v 14. n 4. 2014. p 17-36
- RANGER, Terence O. Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista. In: BOAHEN, Albert Adu (Editor). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 51-72
- RENDERS, Marleen; TERLINDEN, Ulf. Negotiating Statehood in a hybrid political order: The case of Somaliland. *Development and Change*. n 41. v 4. 2010. p 723-746
- RIDOUT, Timothy A. Building peace and the State in Somaliland: The Factors of Success. *Journal of the Middle East and Africa*. v 3. 2012. p. 135-156
- SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SETH, Sanjay. Postcolonial theory and the critique of International Relations. *Millenium – Journal of International studies*. P.167-183, 2011
- UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (Editor). *História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 21-50
- WELSH, Jennifer M. Norm contestation and the responsibility to protect. *Global responsibility to protect*. v.5 n. 4 p. 365-396, 2013
- WILLIAMS, Paul D., Fighting for peace in Somalia: AMISOM'S seven strategic challenges. *Journal of International Peacekeeping*. v17. 2013. p 222-247

MAPAS



THE HORN OF AFRICA: Approximate area inhabited by the somali people. United States Central Intelligence Agency. 1972